



Jornal do Município

Prefeitura de Itajaí

Acesse também: www.itajai.sc.gov.br

Órgão Oficial do Município de Itajaí - Ano VIII - Edição Nº 517 - 13 a 14 de Março/2007

ATOS DO GABINETE



Estado de Santa Catarina

Prefeitura de Itajaí

Rua Alberto Werner, 100 – Fone (47)3341-6000

PORTARIA Nº 0425/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR A PEDIDO**, nos termos do artigo 38, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **SILMARA PATRÍCIA DA SILVA**, do cargo de provimento efetivo de **AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO**, Classe V, Nível G-2, 08 (oito) horas diárias, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 01 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0426/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR A PEDIDO**, nos termos do artigo 38, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **ANE CAROLINE FERNANDES LOURENÇO**, do cargo de provimento efetivo de **AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO**, Classe V, Nível G-4, 08 (oito) horas diárias, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 01 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0427/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR A PEDIDO**, nos termos do artigo 38, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **ROSIMAR RUTSATZ**, do cargo de provimento efetivo de **AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO**, Classe V, Nível G-2, 08 (oito) horas diárias, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 01 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0430/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR A PEDIDO**, nos termos do artigo 38, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **DAYANE SCHUBERT**, do cargo de provimento efetivo de **AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO**, Classe V, Nível G-6, 08 (oito) horas diárias, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 01 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0431/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR A PEDIDO**, nos termos do artigo 38, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **ALAUDE MARIA SILVA**, do cargo de provimento efetivo de **AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO**, Classe V, Nível G-2, 08 (oito) horas diárias, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 08

de fevereiro de 2007.

Itajaí, 01 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0432/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR A PEDIDO**, nos termos do artigo 38, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **KAROLINE BIELAU**, do cargo de provimento efetivo de **AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO**, Classe V, Nível G-2, 08 (oito) horas diárias, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 01 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0433/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR A PEDIDO**, nos termos do artigo 38, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **GISSELE LUANA DA SILVA**, do cargo de provimento efetivo de **AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO**, Classe V, Nível G-2, 08 (oito) horas diárias, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 01 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0435/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR A PEDIDO**, nos termos do artigo 38, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **DALIANE BASTOS ALVES DE CARLI**, do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR II**, Classe A, Nível 4, Módulo 40 (quarenta) horas semanais, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 01 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0457/07

O Prefeito de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso XXXIX, da Lei Orgânica do Município, resolve **ADMITIR POR PRAZO DETERMINADO**, nos termos do artigo 1º, § 1º, combinado com o *caput* do artigo 2º, da Lei nº 3.596, de 16 de março de 2001, o servidor **VALÉRIO DE PAULA** para exercer a função de **ARTIFICE I**, Classe III, Nível G-2, 08 (oito) horas diárias, junto a **COORDENADORIA REGIONAL DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DE SÃO VICENTE**, pelo período compreendido entre 16 de janeiro a 31 de março de 2007.

Itajaí, 02 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0468/07

O Prefeito de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso XXXIX, da Lei Orgânica do Município, resolve **ADMITIR POR PRAZO DETERMINADO**, nos termos do artigo 1º, § 1º, combinado com o *caput* do artigo 2º, da Lei nº 3.596, de 16 de março de 2001, os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de **GUARDA PATRIMONIAL**, Classe IV, Nível G-9, 08 (oito) horas diárias, junto a

Secretaria de Segurança Comunitária e Trânsito, com respectivo período:

NOME DO SERVIDOR	PERÍODO
Frede Alexandre Bezerra de Menezes	01/02/07 a 31/03/07
Francisco João Gonçalves Neto	01/02/07 a 31/03/07
Jefferson Darlan da Silva	01/02/07 a 31/03/07
Marlon Benthien	01/02/07 a 31/03/07

Itajaí, 06 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0469/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR A PEDIDO**, nos termos do artigo 38, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **MORGANA DOS SANTOS**, do cargo de provimento em comissão de **AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, 40 (quarenta) horas semanais, do C.E.I. João Cristovão Pereira, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 02 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 06 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0470/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR A PEDIDO**, nos termos do artigo 38, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **LUCIANA FURTADO PEREIRA**, do cargo de provimento em comissão de **COORDENADORA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, 40 (quarenta) horas semanais, do C.E.I. Valdemir de Souza, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 02 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 06 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0471/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR A PEDIDO**, nos termos do artigo 38, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **SILVANA DA VEIGA DE SOUZA**, do cargo de provimento em comissão de **AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, 40 (quarenta) horas semanais, do C.E.I. Professora Rosana de Souza, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 02 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 06 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0472/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR A PEDIDO**, nos termos do artigo 38, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **MARISTELA SABEL SANTANA**, do cargo de provimento em comissão de **AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, 40 (quarenta) horas semanais, do C.E.I. João Vieira Ramos, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 26 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 06 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito



PORTARIA Nº 0473/07

O Prefeito de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso XXXIX, da Lei Orgânica do Município, resolve **FAZER CESSAR** os efeitos da Portaria nº 3.829/06, que prorrogou a admissão por prazo determinado, no que concerne ao servidor **EVANDRO HASSE**, da função de **EDUCADOR SOCIAL**, Classe V, Nível H-2, 40 (quarenta) horas semanais, junto a **SECRETARIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**, a contar de 21 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 06 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0474/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **MORGANA DOS SANTOS**, para exercer cargo de provimento em comissão de **COORDENADORA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, do C.E.I. Lausimar Laus, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 06 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0475/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **SILVANA DA VEIGA DE SOUZA**, para exercer cargo de provimento em comissão de **COORDENADORA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, do C.E.I. Rosana Aparecida de Souza, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 06 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0476/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **LUCIANA FURTADO PEREIRA**, para exercer cargo de provimento em comissão de **COORDENADORA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, do C.E.I. Angela Dias Ramos Neves, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 06 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0477/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **ALESSANDRA RAMOS LOPES**, para exercer cargo de provimento em comissão de **AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, do C.E.I. João Sandri, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 06 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0478/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **ENIA MARIA POTTER**, para exercer cargo de provimento em comissão de **AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, do C.E.I. Luiz Orsi Júnior, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 16 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 06 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0479/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e considerando o artigo 40 da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, resolve **DESIGNAR SUSANA RÉGIS RAMOS**, para substituir a servidora **ANDRÉA TEREZINHA SANTIAGO DOS SANTOS**, no cargo de provimento em comissão de **SECRETARIA DE ESCOLA**, durante o período de licença gestação da titular, compreendido entre 08 de fevereiro a 04 de junho de 2007.

Itajaí, 06 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0480/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR**, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **JANAINA CRISTIAN GOMES GUVERICH**, do cargo de provimento em comissão de **ASSESSORA DE DIREÇÃO**, da **SECRETARIA DE GOVERNO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, a contar de 01 de março de 2007.

Itajaí, 06 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0481/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **JANAINA CRISTIAN GOMES GUVERICH**, para exercer cargo de provimento em comissão de **ASSESSORA DE GESTÃO**, da **SECRETARIA DE RECEITA MUNICIPAL**, na qual deverá ter a sua lotação em Diretoria, ou em Gerência de Gestão, designado pelo Secretário da referida pasta em conformidade com as necessidades continuadas ou contingentes em curso na Administração Municipal e nos quais terá o seu desempenho acompanhado e avaliado em conformidade com as competências descritas na Lei 81 de 03 de maio de 2006, a contar de 01 de março de 2007

Itajaí, 06 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0482/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR**, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **GILMAR EGIDIO DE SOUZA**, do cargo de provimento em comissão de **COORDENADOR TÉCNICO OPERACIONAL**, da **SECRETARIA DE**

OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS, a contar de 26 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 06 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0483/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **CARLOS HENRIQUE ALBRECHT**, para exercer cargo de provimento em comissão de **COORDENADOR TÉCNICO OPERACIONAL**, da **SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**, a contar de 26 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 06 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0489/07

O Prefeito de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso XXXIX, da Lei Orgânica do Município, resolve **FAZER CESSAR** os efeitos da Portaria nº 3.815/06, que prorrogou a admissão por prazo determinado, no que concerne ao servidor **LÍVIO DE JESUS SOUSA**, da função de **GUARDA PATRIMONIAL**, Classe IV, Nível G-9, 08 (oito) horas diárias, junto a **SECRETARIA DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA E TRÂNSITO**, a contar de 27 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 06 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0494/07

O Prefeito de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso XXXIX, da Lei Orgânica do Município, resolve **ADMITIR POR PRAZO DETERMINADO**, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 2º, combinado com o *caput* do artigo 2º, da Lei nº 3.596, de 16 de março de 2001, **MARISTELA DE JESUS**, para exercer a função de **PROFESSORA (P1A-21)**, junto a **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, no período compreendido entre 05 de fevereiro a 21 de dezembro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0495/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso XXXIX, da Lei Orgânica do Município, resolve **ADMITIR POR PRAZO DETERMINADO**, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 2º, combinado com o *caput* do artigo 2º, da Lei nº 3.596 de 16 de março de 2001, **DALIANE BASTOS ALVES DE CARLI**, para exercer a função de **PROFESSORA ESPECIALISTA**, junto a **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, no período compreendido entre 05 de fevereiro a 21 de dezembro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0496/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR**, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995,

EXPEDIENTE



Jornal do Município

Prefeitura de Itajaí

Instituído na forma dos parágrafos 1 e 3 do artigo 54, da Lei Orgânica, na redação introduzida pela Emenda nº 07/97, está regulamentado pelo Decreto nº 5838, de 09 de março de 1999, com a alteração do Decreto nº 7460, de 22 de abril de 2005.

PREFEITURA DE ITAJAÍ
Rua Alberto Werner, nº 100 - Itajaí - SC

Volnei Morastoni
Prefeito Municipal
Eliane Rebello
Vice-prefeita Municipal

SECRETARIA DE PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
Felipe Damo
Secretário
Daniel Ramos
Diretor Responsável
Ivonete Lopes
Jornalista Responsável SC 676/96

Diagramação, impressão: Secretaria de Participação e Comunicação Social
Distribuição: Departamento de Apoio

MARIA JOSÉ DA SILVA, do cargo de provimento em comissão de COORDENADORA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do C.E.I. Luiz Silvério Vieira, da SECRETARIA EDUCAÇÃO, a contar de 02 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0497/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR A PEDIDO**, nos termos do artigo 38, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **LETÍCIA VEIGA CASANOVA**, do cargo de provimento em comissão de **COORDENADORA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, 40 (quarenta) horas semanais, do C.E.I. Rosinha de Souza, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 02 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0498/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso XXXIX, da Lei Orgânica do Município, resolve **ADMITIR POR PRAZO DETERMINADO**, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 2º, combinado com o caput do artigo 2º, da Lei nº 3.596 de 16 de março de 2001, o servidor **RENILDO OTILO MUSCKOPF**, para exercer a função de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS II**, Classe II, Nível F-1, 08 (oito) horas diárias, junto a **SECRETARIA DE SAÚDE**, no período compreendido entre 14 de fevereiro a 31 de março de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0499/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **ANDRÉ BERNARDES**, para exercer cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO**, do Departamento de Ações Integradas, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 02 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0500/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **THIAGO DA SILVA**, para exercer cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO**, do Departamento de Ações Integradas, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 16 de janeiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0501/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **OSWALDO RIBEIRO JUNIOR**, para exercer cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E PROGRESSO FUNCIONAL**, do Departamento de Gestão de Pessoal, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 03 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0502/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **ANA LÚCIA DE LIMA VARGAS**, para exercer cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE APOIO LOGÍSTICO**, do Departamento de Ações Integradas, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 23 de janeiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0503/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **ELIANA DA LUZ AMORIM**, para exercer cargo de provimento em comissão de **COORDENADORA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, do C.E.I. Rosinha de Souza, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0504/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **VALERI GARCIA DOS SANTOS**, para exercer cargo de provimento em comissão de **COORDENADORA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, do C.E.I. Ana da Silva Fontes, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0505/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **MARIA VERONICA BITTENCOURT**, para exercer cargo de provimento em comissão de **COORDENADORA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, do C.E.I. Neusa Reis Cesário Pereira, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0506/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **GLAZIELLE THEREZA PONCIANO**, para exercer cargo de provimento em comissão de **COORDENADORA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, do C.E.I. Padre Jacob, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0507/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **ALESSANDRA ELISA DOS SANTOS**, para exercer cargo de provimento em comissão de **COORDENADORA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, do C.E.I. Onadir da Silva Tedéo, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0508/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **RAFAELA PRISCILA SODRE WUICK**, para exercer cargo de provimento em comissão de **COORDENADORA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, do C.E.I. Valdenir de Souza, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0509/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **LUCIANA ANTONELLI**, para exercer cargo de provimento em comissão de **AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, do C.E.I. Neusa Reis Cesário Pereira, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0510/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **CÁTIA CILENE RIBEIRO CABRAL**, para exercer cargo de provimento em comissão de **AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, do C.E.I. Rosinha de Souza, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0511/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **ANNA CRISTINA ROCHA LOURENÇO**, para exercer cargo de provimento em comissão de **AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, do C.E.I. Rosana Aparecida de Souza, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0512/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **MARILÉIA CAETANO**, para exercer cargo de provimento em comissão de **AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, do C.E.I. Hercílio Bento, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0513/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **HOSANA MIRIAM DA SILVA**, para exercer cargo de provimento em comissão de **AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE CENTRO DE**



EDUCAÇÃO INFANTIL, do C.E.I. Tancredo Neves, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0514/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **CAMILE SCHMITT**, para exercer cargo de provimento em comissão de **AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, do C.E.I. Padre Jaco, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0515/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **FABIANA MARQUES REGES**, para exercer cargo de provimento em comissão de **AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, do C.E.I. João Cristóvão Pereira, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0516/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **MARA REGINA DE MARIA PREZA**, para exercer cargo de provimento em comissão de **AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, do C.E.I. Professora Maria do Carmo Espindola, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0517/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **PATRICIA REGINA WANDERLINDE**, para exercer cargo de provimento em comissão de **SECRETARIA DE ESCOLA**, da E.B. Judith Duarte de Oliveira, 40 (quarenta) horas semanais, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 02 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0518/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **ELIANE DE OLIVEIRA BITTENCOURT**, para exercer cargo de provimento em comissão de **SUPERVISORA DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS**, do Departamento de Ações Integradas, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 05 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0519/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **MARISTELA SABEL SANTANA**, para exercer cargo de provimento em comissão de **COORDENADORA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, do C.E.I. João Vieira Ramos, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 26 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0520/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **MARIA VANDERLEIA DE SIMAS DOS SANTOS**, para exercer cargo de provimento em comissão de **COORDENADORA DE ENSINO**, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 08 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0521/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **GRAZIELA VIEIRA CORRÊA**, para exercer cargo de provimento em comissão de **DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 08 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0522/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960 de 03 de abril de 1955, **ALICE MAFRA FERNANDES**, para exercer cargo de provimento em comissão de **SUPERVISORA DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS**, do Departamento de Ensino Fundamental, da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, a contar de 08 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0523/07

O Prefeito de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, da Lei Orgânica do Município, resolve **ALTERAR REDAÇÃO** da Portaria nº 4.204/05, de 27 de dezembro de 2005, que Exonerou a Pedido o servidor **SERGIO ROBERTO DOS SANTOS**, onde se lê a contar de 20 de dezembro de 2005, lê-se a contar de 02 de janeiro de 2006.

Itajaí, 07 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0528/07

O Prefeito de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso IX da Lei Orgânica do Município, resolve **CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA**, nos termos do artigo 2º, da Lei nº 3.252, de 03 de abril de 1998, a servidora, **ISMÊNIA FIUZA DE CARVALHO**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **ENFERMEIRA**, da **SECRETARIA DE SAÚDE**, correspondente a 60% (sessenta por cento) do vencimento, a contar de 01 de março 2007.

Itajaí, 08 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0530/07

O Prefeito de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso XXXIX, da Lei Orgânica do Município, resolve **ADMITIR POR PRAZO DETERMINADO**, nos termos do artigo 1º, § 1º, combinado com o *caput* do artigo 2º, da Lei nº 3.596, de 16 de março de 2001, o servidor **JOSÉ HERCILIO VIANA**, para exercer a função de **GUARDA PATRIMONIAL**, Classe IV, Nível G-9, 08 (oito) horas diárias, junto a **SECRETARIA DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA E TRÂNSITO**, no período compreendido entre 01 de março a 31 de março de 2007.

Itajaí, 08 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0531/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso XXXIX, da Lei Orgânica do Município, resolve **ADMITIR POR PRAZO DETERMINADO**, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 2º, combinado com o *caput* do artigo 2º, da Lei nº 3.596 de 16 de março de 2001, **LUCIANO PEREIRA**, para exercer a função de **MOTORISTA**, Classe IV, Nível G-4, junto a **SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**, Departamento e Praças e Jardins, no período compreendido entre 01 de março a 31 de março de 2007.

Itajaí, 08 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0532/07

O Prefeito de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso XXXIX, da Lei Orgânica do Município, resolve **FAZER CESSAR** os efeitos da Portaria nº 2.043/06, que prorrogou a admissão por prazo determinado, no que concerne ao servidor **ROGÉRIO HENRIQUE MAES**, da função de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS II**, Classe II, Nível F-1, 08 (oito) horas diárias, da **COORDENAÇÃO REGIONAL DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DE CORDEIROS**, a contar de 28 de fevereiro de 2007.

Itajaí, 08 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0625/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR**, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **GIOVANI DE BORTOLLI**, do cargo de provimento em comissão de **DIRETOR DA DIRETORIA DE CONTABILIDADE**, da **SECRETARIA DE GOVERNO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, a contar de 01 de março de 2007.

Itajaí, 12 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0626/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR**, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **LINO WEISE** do cargo de provimento em comissão de **COORDENADOR DA COORDENADORIA TÉCNICA DA CENTRAL DE CONTRATOS, COMPRAS E LICITAÇÕES, PATRIMÔNIO E LOGÍSTICA**, da **SECRETARIA DE GOVERNO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, a contar de 01 de março de 2007.

Itajaí, 12 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA Nº 0627/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso XXXIX, da Lei Orgânica do Município, resolve **FAZER CESSAR** os efeitos da Portaria 2.071/05, que concedeu Gratificação de Função de Agente de Controle Interno a servidora **JANE DE FÁTIMA GOMES FURTADO**, a contar de 01 de março de 2007.

Itajaí, 12 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA N° 0628/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR**, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **FERNANDO KOTOWISKI**, do cargo de provimento em comissão de **DIRETOR DA DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA RECEITA E CADASTRO TÉCNICO**, da **SECRETARIA DE RECEITA MUNICIPAL**, a contar de 01 de março de 2007.

Itajaí, 12 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA N° 0629/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR**, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **LEANDRO MARCHIORETTTO**, do cargo de provimento em comissão de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AUDITORIA**, da Coordenadoria da Moralidade Administrativa, do **SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**, a contar de 01 de março de 2007.

Itajaí, 12 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA N° 0630/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **GIOVANI DE BORTOLLI**, para exercer cargo de provimento em comissão de **COORDENADOR DA COORDENADORIA TÉCNICA DA CENTRAL DE CONTRATOS, COMPRAS E LICITAÇÕES, PATRIMÔNIO E LOGÍSTICA**, da **SECRETARIA DE GOVERNO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, a partir do qual terá o seu desempenho acompanhado e avaliado em conformidade com as competências descritas na Lei 81 de 03 de maio de 2006, a contar de 01 de março de 2007.

Itajaí, 12 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA N° 0631/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **LINO WEISE**, para exercer cargo de provimento em comissão de **DIRETOR DA DIRETORIA DE CONTABILIDADE**, da **SECRETARIA DE GOVERNO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, a partir do qual terá o seu desempenho acompanhado e avaliado em conformidade com as competências descritas na Lei 81 de 03 de maio de 2006, a contar de 01 de março de 2007.

Itajaí, 12 de março de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA N° 0633/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **FERNANDO KOTOWISKI**, para exercer cargo de provimento em comissão de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AUDITORIA**, da Coordenadoria da Moralidade Administrativa, do **SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**, a contar de 01 de março de 2007.

Itajaí, 01 de fevereiro de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA N° 0634/07

O Prefeito Municipal de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **LEANDRO MARCHIORETTTO**, para exercer cargo de provimento em comissão de **DIRETOR DA DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA RECEITA E CADASTRO TÉCNICO**, da **SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL**, a partir do qual terá o seu desempenho acompanhado e avaliado em conformidade com as competências descritas na Lei 81 de 03 de maio de 2006, a contar de 01 de março de 2007.

Itajaí, 01 de março de 2007

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

PORTARIA N° 3.899/06

O Prefeito de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, da Lei Orgânica do Município, resolve **ALTERAR REDAÇÃO** da Portaria nº 3.643/06, que nomeou em comissão a servidora **JANAINA CRISTIAN GOMES GUYERICH**, onde se lê designado-a para **SECRETARIA DE RECEITA MUNICIPAL**, lê-se designado-a para a **SECRETARIA DE GOVERNO, PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO**.

Itajaí, 29 de dezembro de 2006.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito

ATOS DO GOVERNO



Estado de Santa Catarina

Prefeitura de Itajaí

Rua Alberto Werner, 100 – Fone (47)3341-6000

Extrato do Aditivo:

3º termo aditivo ao contrato 004/2006 FGML - 1840

Nome: **FUNDAÇÃO GENÉSIO MIRANDA LINS**

Empresa: Nypo Comércio de áudio e Vídeo Imp. e Exp. LTDA

CNPJ: 03.734.952/0001-27

Fundamento Legal: inciso II do § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93

Número do Processo: 0090064

Objeto: Aquisição de equipamentos de áudio, vídeo, imagem, iluminação e informática.

Motivo: Prorrogação do prazo de vigência do contrato, necessário em razão do atraso na importação do item 12 do lote 1 e item 1 do lote 03.

Data Assinatura: 05/01/2007

Vigência: 60 dias de 05/01/07 a 05/03/07.

Extrato do Contrato: 043/2007 - 1846

Nome: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ**

Empresa: Conpesa Construção Pesada Ltda.

CNPJ: 80.708.084/0001-51

Fundamento Legal: Nos termos da Lei 8666, de 21 de junho de 1993

Modalidade: Concorrência Pública 009/2006

Objeto: Obras de engenharia de infra estrutura de transporte da Rua Pedro Cristiano de Miranda.

Data Assinatura: 02/03/2007

Vigência: 180 dias contados da data da ordem de serviço

Valor: R\$ 1.107.793,10 (o valor total do contrato será de um milhão cento e sete mil setecentos e noventa e três reais e dez centavos)

Extrato do Contrato: 044/2007 - 1847

Nome: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ**

Empresa: Engespasa Infraestrutura Ltda.

CNPJ: 03.094.645/0001-29

Fundamento Legal: Nos termos da Lei 8666, de 21 de junho de 1993

Modalidade: Concorrência Pública 008/2006

Objeto: Obras de engenharia de infra estrutura de transporte da Rua Fernão Vieira Cordeiro.

Data Assinatura: 02/03/2007

Vigência: 270 dias contados da data da ordem de serviço

Valor: R\$ 1.475.480,61 (um milhão quatrocentos e setenta e cinco mil quatrocentos e oitenta reais e sessenta e um centavos)

Extrato do Contrato: 046/2007 - 1848

Nome: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ**

Empresa: Berger Comercial Imp e Exp LTDA Epp

CNPJ: 75.420.208/0001-69

Fundamento Legal: Inciso X, do artigo 24, da Lei 8666/93

Modalidade: Dispensa de Licitação 010/2007

Número do Processo: 0460166

Objeto: Locação de um imóvel localizado na Rua Alberto Werner 17, bairro Vila Operária, onde serão mantidas as instalações dos diversos departamentos da Secretaria de Receita.

Data Assinatura: 28/02/2007

Vigência: 04 meses de 01/03/07 a 30/06/07

Valor: R\$ 47.600,00 (o valor total para o período será de quarenta e sete mil e seiscentos reais)

Extrato do Contrato: 296/2006 - 1849

Nome: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ**

Contratado: Celso Felix de Lima e Solange das Neves Russi de Lima

CPF: 342.957.398-04

Fundamento Legal: Inciso X, do artigo 24, da Lei 8666/93

Modalidade: Dispensa de Licitação 114/2006

Objeto: Locação de imóvel localizado na Estrada Geral do Rio do Meio, que servirá para a instalação da Casa de Apoio Social - CAS.

Data Assinatura: 28/12/2006

Vigência: 12 meses de 01/01/07 a 31/12/07

Valor: R\$ 18.000,00 (o valor total para o período será de dezoito mil reais)

Extrato do Aditivo: 1º termo aditivo ao contrato 040/2006 - 1850

Nome: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Empresa: Concretil Construções Ltda.

CNPJ: 95.827.697/0001-85

Fundamento Legal: alíneas "a" e "b" do inciso I do art.65 c/c § 1º do mesmo dispositivo da Lei 8.666/93

Número do Processo: 0700112

Objeto: Obras de construção da Unidade de Saúde Jardim Esperança, bairro Cordeiros.

Motivo: 1) supressão no valor de 102.993,90, em razão de alterações no projeto inicial, para melhor adequação técnica aos objetivos da obra. 2) realinhamento do valor inicialmente pactuado, visando à amutuação da equação econômico financeira do contrato, na ordem de R\$ 42.677,34, sobre o valor do contrato.

Data Assinatura: 09/03/2007

Valor: R\$ 60.316,56 (redução de sessenta mil trezentos e dezesesseis reais e cinquenta e seis centavos do valor do contrato)

EXTRATO 1856 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 011/2007

O Município de Itajaí torna público que pretende contratar, mediante Dispensa de Licitação, a Fundação Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, para elaboração de todas as etapas do Processo Seletivo destinado a prover vagas no Programa Saúde da Família da Secretaria de Saúde do Município de Itajaí, pelo valor de R\$ 60.132,24 (sessenta mil, cento e trinta e dois reais e vinte e quatro centavos), até o limite de 900 (novecentos) inscritos e, R\$ 30,00 (trinta reais) para cada inscrição após ultrapassado o limite de 900 (novecentos) candidatos inscritos, com fundamento no inciso XIII, do artigo 24 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Itajaí, 26 de fevereiro de 2007.

LOURIVAL ANDRADE JUNIOR

Secretário de Governo, Planejamento,
Orçamento e Gestão

EXTRATO 1856 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 011/2007

O Município de Itajaí torna público que pretende contratar, mediante Dispensa de Licitação, a Fundação Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, para elaboração de todas as etapas do Processo Seletivo destinado a prover vagas no Programa Saúde da Família da Secretaria de Saúde do Município de Itajaí, pelo valor de R\$ 60.132,24 (sessenta mil, cento e trinta e dois reais e vinte e quatro centavos), até o limite de 900 (novecentos) inscritos e, R\$ 30,00 (trinta reais) para cada inscrição após ultrapassado o limite de 900 (novecentos) candidatos inscritos, com fundamento no inciso XIII, do artigo 24 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Itajaí, 26 de fevereiro de 2007.

LOURIVAL ANDRADE JUNIOR

Secretário de Governo, Planejamento,
Orçamento e Gestão

**II - Representante da Associação Empresarial de Itajaí - ACII**

Titular: CLEONIR JOSÉ DA ROSA, substitui Gaspar Laus.
Suplente: ELIDIA TRIDAPALLI, substitui Cleonir José da Rosa

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 09 de março de 2007

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito de Itajaí

**DECRETO Nº 8155, DE 09 DE MARÇO DE 2007
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL
ESPECIAL**

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 4.731, de 09 de março de 2007,
DECRETA

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional especial no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme especificado:

01 – Administração Direta

01.15 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda

11.334.0007.2.00 – Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Fonte de Recursos 0100 – Recursos Ordinários

3.33.50.00/CE – Transferências as Instituições sem Fins Lucrativos.....15.000,00

Art. 2º O crédito adicional especial aberto no art. 1º, será coberto com anulação da seguinte dotação orçamentária:

01 – Administração Direta

01.15 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda

11.661.0007.1.0001 – Implantação e Reestruturação de Distritos industriais – Fonte de Recursos 0100 – Recursos Ordinários

26 3.33.90.00 – Aplicações Diretas.....15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 09 de março de 2007

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito de Itajaí

**LEI COMPLEMENTAR Nº 97, DE 09 DE MARÇO DE 2007
ESTABELECE COMO META DE GOVERNO O PLANO DE
DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO, ECONÔMICO, ECOLÓGICO E
SOCIALMENTE SUSTENTÁVEL LOCALIZADO –
PLANDETURES-L**

VOLNEI JOSÉ MORASTONI, Prefeito de Itajaí. Faço saber que a Câmara Municipal votou e aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecido como meta de governo o Plano de Desenvolvimento Turístico, Econômico, Ecológico e Socialmente Sustentável Localizado – PLANDETURES-L, em parceria comunitária e solidária.

Art. 2º O PLANDETURES-L compreende ações de governo localizadas em áreas específicas, determinadas pelo Chefe do Poder Executivo, mediante decreto regulamentador, cuja implementação se fará em parceria com a comunidade local, considerando-se o padrão de viabilidade sob o ponto de vista turístico, econômico, ecológico e social-urbano.

Art. 3º A parceria com a comunidade local será efetivada através de um Fundo representado por uma conta corrente bancária, aberta exclusivamente para recebimento de recursos financeiros para custeio das ações de implementação dos projetos integrantes do PLANDETURES-L, cujo gerenciamento e movimentação financeira se fará pelo Chefe do Poder Executivo em conjunto com os Secretários de Receita e de Obras e Serviços Municipais.

Parágrafo único. Ao Chefe do Poder Executivo é facultado delegar sua participação prevista no *caput*, bem como nomear o Coordenador do PLANDETURES-L, que reportará suas ações diretamente ao Prefeito.

Art. 4º Os Projetos contemplados no PLANDETURES-L serão amplamente divulgados, apresentando planta ilustrativa das obras e serviços, detalhando as etapas de execução e respectivo cronograma físico-financeiro, para efeito de adesão.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a destinar recursos oriundos da Dívida Ativa correspondentes aos imóveis localizados nas áreas de abrangência do PLANDETURES-L, cujo ato será regulamentado por decreto.

Art. 5º Qualquer pessoa física ou jurídica, proprietária ou não de áreas integrantes de projetos contemplados no PLANDETURES-L poderá aderir mediante depósito no Fundo representado pela conta corrente referida no art. 3º, o qual se caracterizará em contribuição a título de parceria solidária de que trata esta lei.

Parágrafo único. Fica instituído o Selo de Mérito Participativo que

será entregue aos que subscreverem o Termo de Adesão em solenidade incluída na programação das festividades a serem realizadas no Dia do Município.

Art. 6º Os imóveis alcançados pelos projetos contemplados no PLANDETURES-L, terão redutores de até 90% (noventa por cento) das alíquotas fixadas pela Tabela I constante da Lei Complementar nº 20, de 30 de dezembro de 2002, por um período de até 5 (cinco) anos a contar do ano imediatamente subsequente à adesão, proporcionalmente.

Parágrafo único. Não será aplicado aos imóveis o disposto no *caput*, cujos proprietários não subscreveram o Termo de Adesão ao Plano antes de 30 dias do encerramento do ano em que se iniciou a execução do projeto.

Art. 7º Comitê formado por Assessor Especial do Gabinete do Prefeito, pelo Secretário de Receita, pelo Secretário de Obras e Serviços Municipais, pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, pelo Superintendente da Fundação Itajaense de Turismo – FITUR, pelo Superintendente da Fundação do Meio Ambiente de Itajaí – FAMAI, e por um representante da comunidade indicado pelo Prefeito, determinarão para cada imóvel, segundo cadastro imobiliário municipal, o redutor das alíquotas de que trata o art. 6º, homologado pelo Chefe do Poder Executivo, por meio de decreto.

Art. 8º Os proprietários que aderirem ao PLANDETURES-L poderão parcelar o recolhimento dos valores estabelecidos no plano de adesão, conforme regulamento a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 9º Até 31 de novembro de 2007 serão atualizados os dados do cadastro imobiliário municipal dos imóveis beneficiados pelas melhorias resultantes da execução do PLANDETURES-L, conforme área de abrangência especificada em decreto..

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 09 de março de 2007

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito de Itajaí

**LEI Nº 4.731, DE 09 DE MARÇO DE 2007
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR
CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL**

VOLNEI JOSÉ MORASTONI, Prefeito de Itajaí. Faço saber que a Câmara Municipal votou e aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme especificado:

01 – Administração Direta

01.15 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda

11.334.0007.2.00 – Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Fonte de Recursos 0100 – Recursos Ordinários

3.33.50.00/CE – Transferências as Instituições sem Fins Lucrativos.....15.000,00

Art. 2º O crédito adicional especial aberto no art. 1º, será coberto com anulação da seguinte dotação orçamentária:

01 – Administração Direta

01.15 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda

11.661.0007.1.0001 – Implantação e Reestruturação de Distritos industriais – Fonte de Recursos 0100 – Recursos Ordinários

26 3.33.90.00 – Aplicações Diretas.....15.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 09 de março de 2007

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito de Itajaí

**LEI Nº 4.732, DE 09 DE MARÇO DE 2007
AUTORIZA CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA VITOR
MEIRELLES**

VOLNEI JOSÉ MORASTONI, Prefeito de Itajaí. Faço saber que a Câmara Municipal votou e aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder contribuição financeira à Associação de Pais e Professores da Escola Vitor Meirelles, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Art. 2º A despesa de que trata o art. 1º correrá por conta de dotação própria prevista no orçamento vigente na época do respectivo dispêndio.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 09 de março de 2007

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito de Itajaí

ATOS DO DGP



Estado de Santa Catarina

Prefeitura de Itajaí

Rua Alberto Werner, 100 – Fone (47)3341-6000

PORTARIA Nº 0684/07

A Secretária de Gestão de Pessoal, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 3.059/06, de 05 de setembro de 2006, resolve **DESIGNAR JORGE ALBERTO DE MELLO** para atuar na condição de Pregoeiro e **DANIELA SANTANA DE OLIVEIRA, CLÁUDIA RENATA QUINTINO e RAFAEL LUIZ PINTO**, para comporem a equipe de apoio no processo licitatório na modalidade Pregão nº 030/07.

Itajaí, 13 de março de 2007.

ROSA SEDREZ
Secretária de Gestão de Pessoal

LOURIVAL ANDRADE JUNIOR
Secretário de Governo, Planejamento, Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 0685/07

A Secretária de Gestão de Pessoal, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 3.059/06, de 05 de setembro de 2006, resolve **DESIGNAR SERGIO GALM** para atuar na condição de Pregoeiro e **JORGE ALBERTO DE MELLO, ALINE FONTANA e MARIA DA GLÓRIA PEREIRA RAMOS**, para comporem a equipe de apoio no processo licitatório na modalidade Pregão nº 024/07.

Itajaí, 13 de março de 2007.

ROSA SEDREZ
Secretária de Gestão de Pessoal

LOURIVAL ANDRADE JUNIOR
Secretário de Governo, Planejamento, Orçamento e Gestão

ATOS DA SAÚDE



Estado de Santa Catarina

Prefeitura de Itajaí

Rua Alberto Werner, 100 – Fone (47)3341-6000

PORTARIA Nº. 001 DE 14 DE MARÇO DE 2007.

IMPLEMENTA O PLANO DE EXCELÊNCIA MÉDICA – PLANEM, INSTITUÍDO PELA LEI Nº. 8.128 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2007.

A Secretária Municipal de Saúde de Itajaí, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO:

- 1) O Termo de Ajustamento de Conduta ICP nº. 50/2005/CDH/MP celebrado com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina na Comarca de Itajaí;
- 2) O Plano Pró-Excelência Médica – Planem, instituído pela Lei 4.704 de 22/12/2006, que estabelece a jornada de trabalho diferenciada e dá outras providências;
- 3) As diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº. 8.128 de 21 de fevereiro de 2007 e a necessidade de implementação pela Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º - O médico e cirurgião dentista em atividade na Secretaria de Saúde, salvo o médico veterinário e médico e cirurgião dentista integrantes do Programa Saúde da Família – PSF, deverão preencher e assinar o formulário do Termo de Adesão, a disposição na Secretaria Municipal de Saúde, onde deverão assinalar a opção de carga horária para o fiel exercício de suas atividades junto a Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º - O médico e cirurgião dentista em atividades na Secretaria Municipal de Saúde deverão prestar o atendimento nas Unidades de Saúde do Município, ficando sua lotação a critério exclusivo do Gestor, que poderá remanejar o profissional de acordo com a necessidade e conveniência do serviço, de acordo com as prerrogativas do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 3º - O remanejamento que trata o artigo anterior é relativo à indicação do horário e local da prestação de serviços do profissional, permanecendo as demais opções do Termo de Adesão de cada profissional.

Art. 4º - O médico e cirurgião dentista somente com vínculo municipal deverão optar pela carga horária de atividades nas seguintes modalidades:

I - quinze horas semanais;

II - quinze horas semanais com banco de horas;

III - dez horas semanais com vencimentos proporcionais.

Parágrafo único: Serão mantidas as vantagens pessoais relativas aos vencimentos de cada profissional, independentemente da carga horária escolhida no Termo de Adesão.

Art. 5º - O servidor que não cumprir o ajustado no Termo de Adesão ao PLANEM, sofrerá desconto em seus vencimentos, no mês subsequente ao vencido.

Art. 6º - O servidor com vínculo não previsto no art. 4º, terá sua atividade regulada pela Secretaria de Saúde, por seu Gestor, com a anuência do servidor que assinará o Termo de Adesão que conterá o modo de cumprimento de suas atividades.

Art. 7º - O médico e cirurgião dentista que ingressou no cargo de provimento efetivo do serviço público municipal após 31.12.2006 poderá optar somente pela carga horária descrita no inciso I do art. 4º desta Portaria.

Art. 8º - O servidor que possui mais de um vínculo assinará um Termo de Adesão ao PLANEM para cada vínculo correspondente.

Art. 9º - O servidor que exerce suas atividades junto a programas específicos do Ministério da Saúde, não poderá comprometer o alcance das metas estabelecidas para a execução do programa, independentemente, da opção de carga horária escolhida no respectivo Termo de Adesão ao PLANEM.
Parágrafo único: Caso seja identificado o comprometimento para o alcance de metas estabelecidas, haverá revisão imediata dos termos constantes da Adesão ao PLANEM do(s) servidor (es) que der (em) causa.

Art. 10 - O Termo de Adesão poderá ser revisado a cada seis meses, onde os profissionais poderão optar por outro regime de jornada diferenciada de trabalho dentre aqueles previstos no Decreto nº. 8.128 de 21 de fevereiro de 2007.

Art. 11 - O servidor que desejar modificar sua carga horária de trabalho para o semestre subsequente deverá impulsionar através de requerimento dirigido ao Gestor da Saúde do Município, em até 30 (trinta) dias antes do término do Termo de Adesão em vigor e assim sucessivamente, durante o período de vigência da Lei nº. 4.704/2006.
Parágrafo único: Será prorrogado automaticamente o Termo de Adesão do profissional que não protocolar no prazo estabelecido no *caput* deste artigo seu requerimento junto a Secretaria Municipal de Saúde, salvo manifestação contrária do Gestor.

Art. 12 - O "banco de horas" consiste no depósito de horas não trabalhadas a serem compensadas somente pelo médico e cirurgião dentista que aderir à jornada de atividades prevista no inciso II do artigo 4º.
§ 1º - O banco de horas admitirá somente a inclusão de uma hora diária não trabalhada até o limite de vinte horas mensais;
§ 2º - Não respeitado o limite de horas estipulado no § 1º, haverá desconto pecuniário relativo à(s) hora(s) excedente (s) e em conformidade com o Termo de Adesão;
§ 3º - As horas acumuladas no banco de horas serão compensadas pelo profissional bimensalmente, excetuando-se os afastamentos previstos em lei (licenças, férias etc.) e/ou a conveniência da administração e de acordo com o especificado no Termo de Adesão.
§ 4º - A acumulação das horas não trabalhadas no banco de horas dar-se-á pelo registro digital devidamente cadastrado, no relógio ponto biométrico da Unidade de Saúde em que o profissional estiver exercendo suas atividades.

Art. 13 - O "banco de horas" admitirá como modalidade de compensação:

I - Atendimento ambulatorial nas Unidades de Saúde do Município que funcionam no horário estendido até 22 (vinte duas) horas, compreendendo as Unidades de Saúde dos bairros Fazenda, Cordeiros e Itaipava e a Unidade Odontológica Móvel – Odontomóvel;
II - Atendimento nos plantões de urgência e emergência no Pronto Atendimento do bairro São Vicente (P.A São Vicente);
III - Participação em mutirões de cirurgias hospitalares eletivas com demanda programada pela Secretaria Municipal de Saúde;
IV - Execução de exames de média e alta complexidade, a qual terá como parâmetro Tabela SIA/SUS;
V - Execução de procedimentos cirúrgicos ambulatoriais (pequenas cirurgias);
VI - Participação de atividades educativas em saúde as quais serão previamente programadas pela Secretaria Municipal de Saúde;
VII - Participação em mutirão de atendimento ambulatorial conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.
Parágrafo único – O médico e o cirurgião dentista que não se enquadrarem nas modalidades previstas nos incisos deste artigo, estas serão definidas pelo Gestor da Secretaria Municipal de Saúde, com a anuência do servidor e, obrigatoriamente, constarão no Termo de Adesão.

Art. 14 – O servidor que ultrapassar a carga horária optada no Termo de Adesão ao PLANEM, o fará espontaneamente, vedado qualquer modo de subtração no "banco de horas" ou qualquer outra forma de compensação não prevista nesta Portaria.

Art. 15 – Fica fixado o prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da entrega do formulário, para o servidor protocolar a entrega do Termo de Adesão ao PLANEM, devidamente preenchido e assinado.
Parágrafo único: O não cumprimento da previsão contida no *caput* será considerado como a não adesão ao PLANEM.

Art. 16 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir do dia 12 de abril de 2007.

Itajaí, 14 de março de 2007.

Nausicaa da Silva Morastoni
Secretária Municipal de Saúde

PREFEITURA DE ITAJAÍ SECRETARIA DE SAÚDE – EDITAL Nº001/2007

ABRE INSCRIÇÕES E DEFINE NORMAS PARA PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E UNIVERSAL DESTINADO A PROVER VAGAS NO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

APREFEITURA DE ITAJAÍ, através da Secretaria de Saúde, torna público, que fará realizar PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E UNIVERSAL, para prover vagas no PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e pela Lei Complementar nº 90 de 22 de dezembro de 2006, no que couber.

1. DOS CARGOS E DAS VAGAS

1.1 O Processo Seletivo destina-se ao provimento de vagas no Programa Saúde da Família da Prefeitura de Itajaí, atualmente existentes e das que ocorrerem dentro do prazo de validade do referido Processo.

1.2 O Cargo, escolaridade, requisitos mínimos, carga horária e número de vagas estão indicadas no quadro que se apresenta a seguir:

1.2.1 Cargos de Nível Superior:

Código	Cargos	Escolaridade/Requisitos Mín.	Carga Horária	Nº Vagas
1001	Médico do PSF	Nível Superior, Registro no CRM	40h	25
1002	Enfermeiro do PSF	Nível Superior, Registro no COREN	40h	25
1003	Cirurgião Dentista do PSF	Nível Superior, Registro no CRO	40h	05

1.1.1 Cargos de Nível de Ensino Médio:

Código	Cargos	Escolaridade/Requisitos Mín.	Carga Horária	Nº Vagas
2001	Auxiliar de Enfermagem do PSF	Nível Médio, Registro no COREN	40h	25
2002	Técnico de Enfermagem do PSF	Nível Médio, Registro no COREN	40h	25
2003	Téc. Higiene Dental do PSF (THD)	Nível Médio, Registro no CRO	40h	01

1.1.2 Cargo de Nível Fundamental (1ª a 8ª série):

Código	Cargo	Escolaridade/Requisitos Mín.	Carga Horária	Nº Vagas
3001	Aux. Consultório Dentário PSF (ACD)	Nível Fundamental, Registro no CRO	40h	05

1.1 Após o preenchimento das vagas indicadas no item 1.2 os candidatos aprovados e classificados poderão ser nomeados para o preenchimento das vagas que vierem a surgir, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo.

1.2 O nível de escolaridade e requisitos mínimos exigidos no item 1.2 deverão ser comprovados no ato da posse do candidato aprovado e classificado.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O salário base, gratificação e o valor da taxa de inscrição dos cargos objeto do Processo Seletivo são os seguintes:

Cargos	Salário Base	Grat. do PSF	Taxa de Inscrição
Médico	R\$ 2.055,16	R\$ 3.620,44	R\$ 80,00
Enfermeiro	R\$ 1.365,21	R\$ 1.561,38	R\$ 80,00
Cirurgião Dentista	R\$ 2.055,17	R\$ 2.571,20	R\$ 80,00
Auxiliar de Enfermagem	R\$ 568,32	R\$ 626,52	R\$ 60,00
Técnico de Enfermagem	R\$ 704,66	R\$ 626,52	R\$ 60,00
Técnico de Higiene Dental	R\$ 704,66	R\$ 626,52	R\$ 60,00
Auxiliar de Consultório Dentário	R\$ 568,32	R\$ 626,52	R\$ 50,00

2.2. Salários conforme a Lei Complementar nº90 de 22 de dezembro de 2006, disponível no site www.itajai.sc.gov.br link Leis Municipais.

2.3. A jornada de trabalho para os cargos deste Processo Seletivo é de 40 horas semanais.

2.4. Fica ciente o candidato aprovado e classificado que, em aceitando sua nomeação, poderá ser lotado em qualquer uma das unidades da Secretaria de Saúde.

2.5. Aos ocupantes dos cargos, objeto deste Processo Seletivo, competirão as atribuições baseadas nas recomendações do Ministério da Saúde:

2.5.1 Atribuições comuns a todos os profissionais:

I- participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;

II - realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;

III - realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da atenção local;

IV - garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;

V - realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;

VI - realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;

VII - responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;

VIII - participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;

IX - promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;

X - identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da Secretaria de Saúde;

XI - garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;

XII. participar das atividades de educação permanente;

XIII - realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais.

2.5.2 Atribuições específicas:

Médico do PSF

I- Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;

II - realizar consultas clínicas e procedimentos na Unidade de Saúde – US e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações entre outros assomelhados);

III - realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica, pediatria, gineco obstetrícia, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico-cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos;

IV - encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contrarreferência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência;

V - indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário;

VI - contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ACD e THD;

VII - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da US.

Enfermeiro do PSF

I - Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias na US e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;

II - conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal, observadas as disposições legais da profissão, realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares e prescrever medicações;

III - planejar, gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS;

IV - supervisionar, coordenar e realizar atividades de educação permanente dos ACS e da equipe de enfermagem;

V - contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do Auxiliar de Enfermagem, ACDeTHD;

VI - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da US.

Cirurgião Dentista do PSF

I Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal;

II - realizar os procedimentos clínicos da Atenção Básica em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais;

III - realizar a atenção integral em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, de acordo com planejamento local, com resolubilidade;

IV - encaminhar e orientar usuários, quando necessário, a outros níveis de assistência, mantendo sua responsabilização pelo acompanhamento do usuário e o segmento do tratamento;
V - coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais;
VI - acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da Equipe de Saúde da Família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar.
VII - contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do THD, ACD e PSF;
VIII - realizar supervisão técnica do THD e ACD;
IX - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da US.

Técnico em Enfermagem do PSF

I Participar das atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na US e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);
II - realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e a famílias em situação de risco, conforme planejamento da equipe;
III - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da US.

Auxiliar de Enfermagem

I Participar das atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na US e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);
II - realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e a famílias em situação de risco, conforme planejamento da equipe;
III - Realizar visitas domiciliares.

Técnico em Higiene Dental do PSF(THD)

I Realizar a atenção integral em saúde bucal (promoção, prevenção, assistência e reabilitação) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, segundo programação e de acordo com suas competências técnicas e legais;
II - coordenar e realizar a manutenção e a conservação dos equipamentos odontológicos;
III - acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de Saúde da Família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar.
IV - apoiar as atividades dos ACD e dos ACS nas ações de prevenção e promoção da saúde bucal;
V - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da US.

Auxiliar de Consultório Dentário do PSF (ACD)

I Realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde;
II - proceder à desinfecção e à esterilização de materiais e instrumentos utilizados;
III - preparar e organizar instrumental e materiais necessários;
IV - instrumentalizar e auxiliar o cirurgião dentista e/ou o THD nos procedimentos clínicos;
V - cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos;
VI - organizar a agenda clínica;
VII - acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de saúde da família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar;
VIII - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da US.

3. DAS INSCRIÇÕES

Período de inscrição: de 16 de março a 1 de abril de 2007.

3.1 São condições da inscrição:

- ser brasileiro nato ou naturalizado, ou gozar das prerrogativas estabelecidas nos Decretos nº 70.391/72 e 70.436/72 (em caso de candidatos de nacionalidade portuguesa);
- estar no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- ter idade mínima de 18 anos completos até a data de encerramento das inscrições;
- conhecer e estar de acordo com as exigências da presente Edital.

3.2 Do processo de inscrição:

3.2.1 Pela internet

Para realizar a inscrição pela Internet o candidato, ou seu representante legal, deverá proceder da seguinte maneira:

3.2.1.1 Primeira parte do processo de inscrição pela Internet:
3.2.1.1.1 Acessar o endereço eletrônico <http://www.univali.br/concurso> - na opção Processo Seletivo - Programa Saúde da Família - Secretária de Saúde, no link Requerimento de Inscrição, no período de 16 de março a 1 de abril de 2007.

3.2.1.1.2 Ler e aceitar os Termos de Inscrição pela Internet. O candidato, ao clicar em - "EU ACEITO" - e ao preencher o Requerimento de Inscrição pela Internet, indica que leu e que concorda, mesmo que tacitamente, com as normas do Edital e com as orientações disponíveis que regerão o Processo Seletivo destinado a prover vagas no Programa Saúde da Família da Secretaria de Saúde de Itajaí.

3.2.1.1.3 Ler e imprimir o Edital e seus anexos.

3.2.1.1.4 Preencher corretamente todos os campos do Requerimento de Inscrição: nome completo, filiação, data de nascimento, sexo, CPF, número da Cédula de Identidade, UF, endereço completo (número, apartamento, bairro, CEP, cidade), telefone, celular, e-mail, cargo escolhido e indicar se é portador de necessidades especiais.

3.2.1.2 Segunda parte do processo de inscrição pela Internet:

3.2.1.2.1 Enviar os dados do Requerimento de Inscrição pressionando a tecla ENVIAR DADOS.

3.2.1.2.2 Imprimir o Cartão de Inscrição e o Boleto Bancário, que estará disponível após o envio do Requerimento de Inscrição via Internet.

3.2.1.2.3 Efetuar o pagamento da inscrição pelo Boleto Bancário até 02 de abril de 2007 na Rede Bancária. A inscrição somente será efetivada após a comprovação do pagamento da inscrição que será feita pelo banco.

3.2.1.2.4 Receber o Cartão de Inscrição devidamente autenticado pela Rede Bancária.

3.2.1.2.5 O candidato que não efetuar o pagamento do Boleto Bancário até 02 de abril de 2007 terá automaticamente sua inscrição cancelada.

3.2.1.2.6 A Comissão do Processo Seletivo não se responsabiliza pela inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, ou por outros fatores de ordem técnica que venham a impossibilitar o candidato de efetuar sua inscrição.

3.3 Ao preencher o requerimento de inscrição pela internet, o candidato está declarando formalmente que preenche as condições de inscrição relacionadas no item 3.1 deste Edital.

3.4 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos os pedidos de alteração quanto à identificação do candidato ou opção do cargo.

3.5 O pagamento do valor da inscrição deverá ser feito em moeda corrente nacional (dinheiro) ou cheque de emissão do candidato, o qual deverá ser nominal à Univali. A inscrição somente será efetivada após a compensação deste.

3.6 O valor da inscrição uma vez pago não será restituído.

3.7 Será permitida apenas uma inscrição para cada candidato, na hipótese de mais de uma inscrição, será considerada válida a de data mais recente.

3.8 Não haverá inscrição condicional e nem por correspondência. Verificado a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos, será ela cancelada.

3.9 Serão reservadas vagas para pessoas com deficiência nas categorias cujas atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, na proporção de 5% (cinco por cento) das vagas previstas para cada cargo, arredondando este número estabelecido para primeiro número inteiro subsequente caso a aplicação deste percentual resultar em número fracionado.

Código	Cargos	Vagas
1001	Médico	01
1002	Enfermeiro	01
2001	Auxiliar de Enfermagem	01
2002	Técnico de Enfermagem	01

3.10 O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais, no que se refere ao conteúdo, avaliação e aplicação da prova objetiva.

3.11 O candidato portador de deficiência, que assim desejar, deverá protocolar e entregar no Processo Seletivo da Univali (Rua Uruguai, nº 458 - Centro Itajaí/SC - Bloco 3), em horário de atendimento externo, até o dia 02 de abril de 2007, requerimento com solicitação de enquadramento no item 3.9, indicando o cargo a que concorre e seu número de inscrição, anexando:

- Laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID bem como a provável causa de doença;
- Cópia do comprovante de inscrição.

3.12 O candidato que participar deste Processo Seletivo na condição de portador de deficiência, se classificado nas provas, quando convocado para a posse e exercício submeter-se-á a avaliação médica oficial pelo Município de Itajaí. Nesta oportunidade o Município de Itajaí decidirá:

- se o candidato é portador de deficiência, nos termos exigidos neste Edital e legislação que trata a matéria;
- sobre o grau de necessidade, capacitante ou não para o exercício do cargo pretendido.

3.13 Não haverá restrições para inscrição de portadores de deficiência, desde que haja compatibilidade física e mental para o desempenho do cargo pretendido.

3.14 A inobservância do disposto no item 3.12 determinará a perda do direito à vaga reservada.

3.15 O candidato com deficiência que necessite de tempo adicional e ajuda técnica para a realização da prova, deverá requerer à Comissão do Processo Seletivo na Universidade do Vale do Itajaí - Processo Seletivo, Rua Uruguai nº 458, Bloco 03, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua necessidade, nos termos do artigo 40, § 2º, do Decreto nº 3.298/99 e demais disposições

e a Lei nº 7.853/89, até o dia 2 de abril de 2007.

3.16 Os candidatos com deficiência, classificados neste Processo Seletivo, que excederem às vagas a eles reservadas, poderão ser convocados para efeito de nomeação, segundo a ordem geral de classificação.

3.17 Não havendo candidatos habilitados e classificados para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, essas vagas serão ocupadas pelos demais candidatos classificados.

3.18 Os candidatos que necessitarem de condições especiais para realização das provas deverão protocolar até o dia 2 de abril de 2007, no Processo Seletivo da Univali, requerimento indicando as condições especiais que necessita para a realização das provas. A decisão desses requerimentos caberá a própria Universidade do Vale do Itajaí - Univali.

4 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições recebidas que atenderem as normas do presente Edital, serão homologadas no prazo de até 10 (dez) dias após o encerramento das inscrições, através de Edital, contendo inclusive as indeferidas, que será publicado no Jornal Oficial do Município, fixado nos murais do Processo Seletivo da Univali e Secretaria de Saúde de Itajaí e nos sites www.univali.br/concurso e www.itajai.sc.gov.br.

4.2 No Edital de que trata o item anterior, também constará a data, o local e o horário em que o candidato realizará a prova objetiva.

5 DO PROCESSO DE SELEÇÃO

5.1 O Processo Seletivo será realizado mediante aplicação das seguintes etapas:

- Prova Objetiva: terá caráter classificatório e eliminatório;
- Prova de Títulos: terá caráter classificatório.

5.2 Da Prova Objetiva

5.2.1 A aplicação da prova objetiva visa avaliar os conhecimentos e/ou habilidades dos candidatos sobre as matérias relacionadas aos cargos, cuja composição e respectivos programas fazem parte de anexo a este Edital.

5.2.2 A prova objetiva terá 40 (quarenta) questões, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma, sendo apenas 01 (uma) a correta.

5.2.3 A prova objetiva é composta pelos seguintes conteúdos: Conhecimentos Específicos (35 questões), Conhecimentos Gerais (05 questões).

5.2.4 A prova objetiva para todos os cargos será realizada no dia 22 de abril de 2007 (início: 9h término: 12h) e terá duração de 3h.

5.2.5 Na hipótese de anulação de questão(ões) da prova objetiva, quando de sua avaliação, a(s) mesma(s) será(ão) considerada(s) como respondida(s) corretamente pelo candidato.

5.2.6 No preenchimento do cartão de respostas, será atribuída a nota 0 (zero) à(s) questão(ões) da prova objetiva que:

- contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada;
- não estiver(em) assinalada(s) a(s) resposta(s);
- for(em) preenchida(s) fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

5.2.7 As questões da prova objetiva deverão ser respondidas em cartão de respostas, específico, personalizado para cada candidato e, para tanto, os candidatos deverão dispor de caneta esferográfica preta ou azul.

5.2.8 Os candidatos somente poderão se retirar do local da prova objetiva após 1h30min. (uma hora e meia) do início da mesma.

5.2.9 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala da prova objetiva somente poderão entregar as respectivas provas e retirar-se do local, simultaneamente.

5.2.10 O candidato, ao encerrar a prova objetiva, entregará ao fiscal de sua sala, o cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas.

5.2.11 A Univali, visando preservar a veracidade e autenticidade do Processo Seletivo, poderá proceder, no momento da aplicação da prova objetiva a autenticação digital do candidato no cartão de resposta personalizado ou de outros documentos pertinentes.

5.2.12 Na hipótese do candidato não se submeter à autenticação digital do seu material de prova, deverá registrar sua assinatura em campo específico, por três vezes.

5.2.13 Para garantir a lisura e segurança na realização da prova, a Coordenação de Aplicação de Prova, fará uso de detectores de metal nos banheiros, nos corredores e/ou sala de prova, e identificação datiloscópica de candidatos por autoridade competente que, se necessário, fará vistoria rigorosa. É de inteira responsabilidade do candidato qualquer transtorno por ele causado.

5.2.14 Durante a realização da prova objetiva é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular ou de qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, inclusive telefones celulares, sob pena de eliminação do candidato do Processo Seletivo.

5.2.15 Para entrada nos locais de prova, os candidatos poderão apresentar carteira e/ou cédula de identidade expedida pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores, Passaporte, Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo com foto), cédula de identidade fornecida por órgãos ou conselho de classe que, por Lei Federal, valem como documento de identidade (CRM, CRO, COREN) e Carteira de Trabalho.

5.2.16 Os candidatos deverão comparecer aos locais de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao início das mesmas. Será vedada a admissão em sala de provas ao candidato

que se apresentar após o início da mesma.

5.2.17 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova objetiva, nem a realização de prova fora do horário e local fixado para todos os candidatos.

5.2.18 A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez), sendo a nota expressa com 2 (duas) decimais, tendo todas as questões o mesmo valor (0,25) e com peso 6 (seis) na nota final.

5.2.19 Serão considerados aprovados, na prova objetiva, os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) classificando-se em ordem decrescente, segundo o resultado obtido.

5.3 Da prova de Títulos

5.3.1 A prova de títulos, de caráter classificatório, terá peso 4 (quatro) na nota final.

5.3.2 A prova de títulos compreende a avaliação curricular e a contagem de tempo de experiência profissional, desde que devidamente comprovada e limitada ao valor máximo dos cargos de nível superior, médio e fundamental, conforme tabelas a seguir:

5.3.3 Tabela 01

TÍTULOS PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Especificações	Valor Unitário	Valor Máximo
a) Diploma de curso de especialização em nível de pós-graduação <i>lato sensu</i> , com carga horária mínima de 360 horas aula, na área de Saúde.	1,00	1,00
b) Diploma, devidamente registrado, de curso de pós-graduação, em nível de mestrado (título de Mestre) na área de saúde.	1,00	1,00
c) Diploma, devidamente registrado, de curso de pós-graduação, em nível de doutorado (título de Doutor) na área de saúde.	1,00	1,00
d) Certificado de conclusão de Residência ou Especialização em Saúde da Família, ou título de especialista na área de medicina da família e comunidade.	2,00	2,00
e) Certificado de Curso de atualização na área da saúde com carga horária mínima de 16 horas realizado nos últimos 10 anos.	0,25	1,00
f) Exercício de função ou cargo no Sistema Único de Saúde - SUS, na área ambulatorial ou hospitalar.	0,5/ano	4,00
Pontuação Máxima de Títulos: 10,00 (dez) pontos		

5.3.4 Tabela 02

TÍTULOS PARA CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E FUNDAMENTAL

Especificações	Valor Unitário	Valor Máximo
a) Certificado de Conclusão de graduação ou técnico na área técnica afim, excetuando-se o requisito para o cargo de inscrição.	1,00	2
b) Certificado de Curso de atualização na área de Saúde com carga mínima de 8 (oito) horas realizado nos últimos 10 anos.	0,25	4,00
c) Exercício de função ou cargo no Sistema Único de Saúde - SUS, na área ambulatorial ou hospitalar.	0,5/ano	4,00
Pontuação Máxima de Títulos: 10,00 (dez) pontos		

5.3.5 A Comprovação dos títulos descritos nas tabelas 01 e 02 deverão ser entregues na forma de originais e as respectivas fotocópias - exercício de função ou cargo no SUS, certificados e diplomas, carteira de trabalho (parte referente à identificação pessoal e do contrato de trabalho específico), certidão da instituição pública emitente, com a assinatura e carimbos originais.

5.3.6 No ato do recebimento os documentos serão conferidos, autenticados e protocolados pela Comissão do Processo Seletivo.

5.3.7 As certidões não poderão conter rasuras e/ou emendas.

5.3.8 A Comissão responsável pelas análises dos títulos poderá solicitar ao candidato outro(s) documento(s) que achar conveniente para confirmar as informações prestadas.

5.3.9 A documentação para a prova de títulos no cargo para o qual o candidato se inscreveu, deverá ser entregue pessoalmente, ou por procurador constituído, no período apurado no Edital de resultado da Prova Objetiva, na Universidade do Vale do Itajaí - Processo Seletivo - Bloco 03 - Rua Uruguai, 458 - Centro - Itajaí (SC).

5.3.10 Somente os candidatos classificados na Prova Objetiva com média igual ou superior a 6,0 (seis) deverão entregar a documentação requerida nas tabelas 01 e 02.

5.3.11 A inobservância dos itens 5.3.5 a 5.3.10 deste Edital elimina o candidato da participação da Prova de Títulos.

5.3.12 O Edital contendo a relação dos candidatos que apresentaram títulos e a respectiva pontuação será publicado no Jornal Oficial do Município e estará disponível no site www.univali.br/concurso e fixado nos murais da Secretaria de Saúde e do Processo Seletivo - Univali.

6 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

6.1 Após concluída as etapas de seleção, constante no item 5.1 deste Edital, será apurada a nota final, observado o seguinte parâmetro:

- a nota final será resultante da soma da nota da prova objetiva (peso 6), obtida pelos candidatos aprovados, com média igual ou superior a 6,0 (seis) + análise de títulos (peso 4).

6.1.1 Ocorrendo empate, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

- obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;
- obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais;
- obtiver maior número de pontos na prova de títulos;
- for o mais idoso.

6.2 A classificação final dos candidatos constará de Edital, em ordem decrescente de pontos, a ser divulgado no Jornal Oficial do

Município, fixado no mural do Processo Seletivo da Univali e

Secretaria de Saúde e nos sites www.univali.br/concurso e

www.itajai.sc.gov.br.

6.3 O candidato que tiver interesse poderá solicitar a Comissão do Processo Seletivo, documento contendo as notas e classificação no Processo Seletivo.

7 DAS EXIGÊNCIAS PARA A NOMEAÇÃO E POSSE

7.1 Os candidatos aprovados serão nomeados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

7.2 Para fins de nomeação serão exigidos dos candidatos os seguintes documentos:

- comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data de encerramento das inscrições;
- cópia do documento de identidade;
- cópia do CPF;
- cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);
- cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente;
- apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pela junta médica oficial do município;
- declaração negativa de acumulação de emprego público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição Federal;
- certidão negativa de antecedentes criminais;
- comprovante da escolaridade exigida para o cargo;
- comprovação de estar regularmente registrado no respectivo conselho profissional;
- declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios;
- comprovante de residência;
- fotografia 3 x 4;
- Certidão de nascimento dos dependentes.

7.3 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Civis da Prefeitura de Itajaí. A nomeação é de competência do Prefeito de Itajaí, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

7.4 A posse dar-se-á no período máximo de 30 (trinta) dias após a publicação do ato de nomeação no Jornal Oficial do Município, sendo tornada sem efeito a nomeação dos candidatos não empossados no prazo referido, exceto se requerida a prorrogação deste prazo, nos termos da legislação vigente.

8 DOS RECURSOS

8.1 É admitido recurso quanto:

- ao indeferimento da inscrição;
- a formulação das questões e respectivos quesitos;
- a opção considerada como certa na Prova Objetiva;
- a pontuação obtida na Prova de Títulos;
- a homologação dos resultados finais.

8.2 Os recursos relativos aos itens "8.1 b" e "8.1 c" deverão ser interpostos até 2 (dois) dias úteis após a divulgação do gabarito das provas.

8.2.1 O gabarito estará disponível no dia seguinte da prova objetiva, no mural do Processo Seletivo da Univali e Secretaria de Saúde e nos sites www.univali.br/concurso e www.itajai.sc.gov.br.

8.2.2 Os recursos relativos à formulação das questões e respectivos quesitos, além do que prevê o item 8.2, poderão ser apresentados à Coordenação de Aplicação das Provas, no próprio local onde as mesmas se realizarem, até 15 (quinze) minutos após o encerramento das mesmas.

8.3 Os recursos relativos aos itens "8.1 a", "8.1 d" e "8.1 e" deverão ser interpostos até 2 (dois) dias úteis após a publicação do respectivo Edital.

8.4 Não serão admitidos pedidos de revisão do julgamento, da correção e da avaliação das provas.

8.5 Os recursos previstos no item 8.1 deverão ser protocolados junto a Comissão do Processo Seletivo no Processo Seletivo da Univali.

8.6 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como tiverem indicados o nome do candidato, número de sua inscrição, cargo escolhido e endereço para correspondência.

8.7 O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo para tanto consideradas a data e hora do respectivo protocolo.

9 DO FORO JUDICIAL

9.1 O Foro para dirimir quaisquer questões relacionadas com o Processo Seletivo de que trata este Edital é o de Itajaí/SC.

10 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

10.1 Fica delegada competência à Universidade do Vale do Itajaí - Univali para:

- receber as inscrições e respectivos valores das inscrições;
- preparação de atos de homologação das inscrições ou de seu indeferimento;
- elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova objetiva e prova de títulos;
- emitir documentos necessários à comunicação com os candidatos;
- manifestação preliminar sobre os recursos previstos no item 8.1

deste Edital, preparando -os para despacho de autoridade competente;

f) prestar informações sobre o concurso.

11 DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A convocação para contratação será feita por meio de publicação no Jornal Oficial do Município, nos murais da Secretaria de Saúde e por carta registrada encaminhada por endereço fornecido pelo candidato.

11.2 O Processo Seletivo terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data do ato de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Prefeito.

11.3 O inteiro teor deste Edital e os decorrentes deste processo seletivo serão publicados no Jornal Oficial do Município.

11.4 Não serão fornecidos exemplares dos cadernos de prova a candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo.

11.5 Será excluído do Processo Seletivo, o candidato que:

- tornar-se culpado de incorreções ou descortesias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;
- for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- for apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
- ausentar-se da sala de prova, em descumprimento aos itens 5.2.8 e 5.2.9 deste Edital;
- recusar-se a proceder a autenticação digital do cartão resposta ou de outros documentos, conforme previsto no item 5.2.11.

11.6 Em caso de alteração do endereço constante da ficha de inscrição, o candidato deverá encaminhar essa informação por Aviso de Recebimento - AR, para a Secretaria de Saúde do Município de Itajaí - Rua Leodegário Pedro da Silva, 300 - Bairro Imarui - Itajaí (SC), CEP 88305-620.

11.7 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

11.8 Os casos não previstos, no que tange à realização deste Processo Seletivo, serão resolvidos conjuntamente, pela Comissão do Processo Seletivo, Secretaria de Saúde e pela Universidade do Vale do Itajaí - Univali.

Itajaí(SC), 14 de março de 2007.

Nausicaa da Silva Morastoni

Secretária de Saúde

ANEXO 1

PROGRAMA DE PROVA E BIBLIOGRAFIA CARGO: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO (ACD) CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 35 QUESTÕES

- Conceitos de cidadania e solidariedade: e princípios de Ética e Bioética.
- Programa de Saúde da Família.
- Funções e responsabilidades dos membros da equipe em saúde bucal.
- Entidades de Classe e suas finalidades (CRO, CFO).
- Riscos químicos, físicos, biológicos e psicológicos.
- Doenças relacionadas ao ambiente de trabalho e suas respectivas ações preventivas.
- Características de acidente de trabalho e suas implicações.
- Equipamentos de proteção individual e coletiva.
- Procedimentos de urgência para ferimentos, desmaio, vertigens e corpos estranhos.
- Princípios básicos de planejamento e administração aplicados às práticas odontológicas.
- Preenchimento de fichas e relatórios de produção e produtividade; notação dentária.
- Classificação e função dos dentes: cronologia da erupção dentária.
- Técnicas de aplicação de substâncias de prevenção à cárie dentária: métodos e técnicas de controle da placa bacteriana.
- Características e indicações de usos dos equipamentos odontológicos.
- Materiais dentários básicos usados em Dentística, Endodontia, Periodontia, Cirurgia e Prótese: confecção de modelos de estudo em gesso.
- Materiais para Radiologia Odontológica e técnicas de revelação, montagem e arquivamento de películas radiográficas.
- Técnicas de manipulação dos materiais odontológicos e de instrumentação.
- Princípios de organização, conservação, limpeza e esterilização de instrumental.
- Planejamento, controle e avaliação das ações educativas.

CONHECIMENTOS GERAIS - 05 QUESTÕES

- Dados Epidemiológicos, sócio-econômicos e culturais de Itajaí.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão de Investimentos em Saúde. Departamento de Gerenciamento de Investimentos. **Guia do Conselheiro**. - Brasília: Ministério da Saúde 2002. 165 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Prático do Programa Saúde da Família**. Brasília - Ministério da Saúde, 2001
- Lei Orgânica do SUS: (Leis nº 8.080/90 e nº 8.142/90) Artigos 196 a 200 da Constituição Federal
- Ato Portaria nº 648/GM de 28 de março de 2006.
- Ato Portaria nº 649/GM de 28 de março de 2006.
- Ato Portaria nº 650/GM de 28 de março de 2006.
- Ato Portaria nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006
- Ato Portaria nº 599/GM de 23 de março de 2006.
- Ato Portaria nº 600/GM de 23 de março de 2006.
- Freitas, A. e cols. **Radiologia Odontológica**, 4ª ed., 1998.
- Guandalini, S. **Biossegurança em Odontologia**, Editora Odontex,

- 2005.
12. Chaves, M. **Odontologia Social**, 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Artes Médicas, 1986.
13. Barros, O.B.M. **Ergonomia – A Eficiência e o Rendimento e a Filosofia de Trabalho em Odontologia**. São Paulo: Editora Pancast, 1991.
14. Cury, J. A. **Fluoroterapia**. Biblioteca Científica – ABOPREV – fascículo 4 – Maio – 1991.
15. Mondelli, J. e cols. **Dentística pré-clínica**. São Paulo: Editora Sarvier, 1979.
16. Marotti, F.Z. **Consultório Odontológico – Guia Prático para Técnicos e Auxiliares**. São Paulo: SENAC, 2006.
17. Pinto, V. G. **Saúde Bucal Coletiva**, 4ª ed. São Paulo: Editora Santos, 2000.
18. Cantisano, W. e cols. **Anatomia e Escultura Dental**, 3ª ed. Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1987.
19. Ramos, D.L.P. **Ética Odontológica**. São Paulo: Editora Santos, 1994.
20. Plano Municipal de Saúde 2005-08, Itajaí - SC. Secretaria de Saúde 2005. Disponível no site www.itajai.sc.gov.br

ANEXO 1

**PROGRAMA DE PROVA E BIBLIOGRAFIA
CARGO: CIRURGIÃO-DENTISTA
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 35 QUESTÕES**

- Lei Orgânica do SUS: (Leis nº 8.080/90 e nº 8.142/90) - Artigos 196 a 200 da Constituição Federal.
- Norma Operacional da Assistência à Saúde (NOAS-SUS-2002).
- Ato Portaria nº 648/GM de 28 de março de 2006.
- Ato Portaria nº 649/GM de 28 de março de 2006.
- Ato Portaria nº 650/GM de 28 de março de 2006.
- Ato Portaria nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006.
- Ato Portaria nº 599/GM de 23 de março de 2006.
- Ato Portaria nº 600/GM de 23 de março de 2006.
- Biossegurança em Odontologia: técnicas, acondicionamento, esterilização do instrumental, desinfecção de ambientes, doenças ocupacionais, anti-sépticos e desinfetantes.
- Semiologia: fichas, métodos e técnicas de exame, diagnóstico, anamnese, exames complementares e plano de tratamento.
- Doenças com sintomatologia oral, diagnóstico e tratamento das manifestações agudas, principais patologias da cavidade oral.
- Fluoretos: mecanismo de ação, farmacocinética, tipos, uso em saúde pública, toxicologia.
- Cariologia e Dentística: diagnóstico da doença cárie, a patologia e seu desenvolvimento, exame radiológico, microbiológico, dieta alimentar, tratamento, prevenção, preservação, preparo de cavidades, proteção do complexo dentina-polpa, fraturas dentais, materiais restauradores com indicações, contra indicações, tipos e finalidades.
- Oclusão: princípios oclusais aplicados à Dentística, posições e movimentos mandibulares, ajuste oclusal.
- Periodontia: placa bacteriana, etiopatologia das doenças periodontais, classificação e etiologia da doença periodontal, diagnóstico, manifestações agudas, a promoção da saúde em Periodontia, tratamento cirúrgico periodontal, o controle da placa, medicação, princípios oclusais aplicados à terapia periodontal.
- Endodontia: conceitos, topografia da cavidade pulpar e periápice, alterações pulpares e periapicais, tratamento conservados, apicificação, reabsorções, traumatismos, emergências, cirurgia periapical.
- Cirurgia: procedimentos cirúrgicos de pequeno e médio porte, extração sem e com odontoseção, alveoplastia, sutura, biópsias, curetagem, técnicas, indicações e contra-indicações, conduta pré e pós- operatória, urgências e emergências.
- Saúde Coletiva: Conceitos de cidadania e solidariedade, SUS e ESF, princípios de Ética e Bioética, funções e responsabilidades dos membros das equipes de saúde da família, evolução dos modelos assistenciais implantados no BRASIL. Conceito de Saúde e Doença.

CONHECIMENTOS GERAIS – 05 QUESTÕES

- Dados Epidemiológicos, sócio-econômicos e culturais de Itajaí.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. Lei Orgânica do SUS: (Leis nº 8.080/90 e nº 8.142/90) Artigos 196 a 200 da Constituição Federal.
2. Ato Portaria nº 648/GM de 28 de março de 2006.
3. Ato Portaria nº 649/GM de 28 de março de 2006.
4. Ato Portaria nº 650/GM de 28 de março de 2006.
5. Ato Portaria nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006.
6. Ato Portaria nº 599/GM de 23 de março de 2006.
7. Ato Portaria nº 600/GM de 23 de março de 2006.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Prático do Programa Saúde da Família**. Brasília - Ministério da Saúde, 2001.
9. GLEHOLE, R.; BONITA, R.; KJELLSTÖM, T. **Epidemiologia básica**. São Paulo: Editora Santos, 2001.
10. VAUGHAN, J.P.; MORROW, R.H. **Epidemiologia para os municípios**. Rio de Janeiro: Editora Hucitec, 1992.
11. MEDRONHO, R.A. **Epidemiologia**. São Paulo: Editora Atheneu, 2003.
12. ANTUNES, J. L.; PERES, M. A. A. e cols. **Epidemiologia da Saúde Bucal**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2006.
13. ANGELIM, A. e cols. **Saúde Bucal Coletiva**. São Paulo: Editora Santos, 2006.
14. PINTO, V. G. **Saúde Bucal Coletiva**, 4ª ed. São Paulo: Editora Santos, 2000.
15. BARATIERI, L. N. **Odontologia Restauradora - Fundamentos e Possibilidades**. 1ª ed. São Paulo: Editora Santos, 2001.
16. BORGHETTI, A. **Cirurgia Plástica Periodontal**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2002.
17. FIGUIN, M.E.; GARINO, R.R. **Anatomia Funcional e Aplicada**. Porto Alegre: Editora Panamericana, 2003.
18. FREITAS, A.; ROSA, J. E.; SOUZA, I. F. **Radiologia Odontológica**. 4ª ed. São Paulo: Editora Artes Médicas, 1998.
19. INTERLANDI, S. **Ortodontia: bases para a iniciação**. 5ª ed. São Paulo: Editora Artes Médicas, 2002.
20. LEONARDO, M. R.; LEAL, J. M.; SIMÕES FILHO, A. P. **Endodontia:**

- Tratamento de Canais Radiculares**. São Paulo: Editora Panamericana, 1982.
21. LINDHE, J. **Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1999.
 22. MEZZOMO, E. **Reabilitação Oral: Para o Clínico**. Santos: Editora Quintessence, 1994.
 23. MOYERS, R. E. **Ortodontia**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1991.
 24. NEVILLE, B. W. **Patologia Oral e Maxilofacial**, Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1995.
 25. PINTO A. C. G. **Odontopediatria**, 6ª ed. São Paulo: Editora Santos, 2000.
 26. PINTO, V. G. **Saúde Bucal Coletiva**, 4ª ed. São Paulo: Editora Santos, 2000.
 27. SOARES, I. J. **Endodontia Técnica e Fundamentos**, Porto Alegre: Editora Artmed, 2001.
 28. THYLSTRUP, A. & FEJERSKOV, Ole. **Cariologia Clínica**, 3ª ed. São Paulo: Editora Santos, 2001.
 29. TORTAMANO, N. **Guia Terapêutico Odontológico**, 10ª ed. São Paulo: Editora Santos, 1994.
 30. Plano Municipal de Saúde 2005-08, Itajaí -SC. Secretaria de Saúde 2005. Disponível no site www.itajai.sc.gov.br

ANEXO 1

**PROGRAMA DE PROVA E BIBLIOGRAFIA
AUXILIAR DE ENFERMAGEM
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 35 QUESTÕES**

- Sistema Único de Saúde (Leis 8080/90, 8142/90);
- Política de Atenção Básica (Portarias 648, 649, 650, 822/2006)
- Estratégia Saúde da Família.
- O papel do auxiliar de enfermagem na Estratégia saúde da Família
- Sistema de Informação da Atenção Básica – SIAB como instrumento de trabalho da equipe no PSF.
- Política Nacional de promoção à Saúde
- Política Estadual de Descentralização da Saúde
- O Auxiliar de Enfermagem inserido nos Programas Ministeriais de Saúde: PACS (Programa de Agentes comunitários de Saúde), Programa Nacional de Imunização (esquema básico e rede de frio), Tuberculose, Hipertensão, Diabetes, DST/AIDS, Atenção à Saúde da Mulher, Atenção à Saúde da Criança e do recém nascido (RN); Atenção à Saúde do Adolescente, Adulto e Idoso. Humanização e ética na atenção à Saúde. Saúde Mental na Estratégia Saúde da Família.
- Métodos e procedimentos de esterilização e desinfecção;
- Normas de Biossegurança;
- Procedimentos de enfermagem
- Visita domiciliar
- Indicadores Básicos de Saúde:
- Sistemas Nacionais de Informação (SINAN, SISVAN, SINASC, SIAB)
- Vigilância a Saúde (Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambiental);
- Doenças de Notificação Compulsória.
- Educação em Saúde e Acolhimento na Estratégia Saúde da Família
- Código de Ética e Lei do Exercício Profissional.

CONHECIMENTOS GERAIS – 05 QUESTÕES

- Dados Epidemiológicos, sócio-econômicos e culturais de Itajaí.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 192 p. il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 19)
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. HIV/AIDS, hepatites e outras DST / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 196 p. il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 18) (Série A. Normas e Manuais Técnicos)
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diabetes Mellitus / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 64 p. il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 16) (Série A. Normas e Manuais Técnicos)
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Plano de reorganização da atenção à hipertensão arterial e ao diabetes mellitus: hipertensão arterial e diabetes mellitus / Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 102 p.: il. – (Série C. Projetos, Programas e Relatórios; n. 59)
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de atenção básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção à Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 60 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Série Pactos pela Saúde 2006, v. 4)
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação de Acompanhamento e Avaliação. Avaliação na Atenção Básica em Saúde: caminhos da institucionalização / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação de Acompanhamento e Avaliação: Coordenação técnica: Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia e Instituto Materno Infantil Prof. Fernando Figueira, IMIP. – Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2005. 36 p.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia Prático do Programa Saúde da Família – Ministério da Saúde – Brasília 2001.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Sistema de informação da atenção básica: SIAB: indicadores 2005 / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Política nacional de promoção da saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

10. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Obesidade / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

108 p. il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 12) (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 192 p. il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 19)
12. Ministério da Saúde. RH/SUS. **Política de Recursos Humanos para o SUS. Prioridades e Diretrizes para a ação do Ministério da Saúde. Brasília. 1995.**
13. Manual de Normas de Vacinação. 3.ed. Brasília: Ministério da Saúde: Fundação Nacional de Saúde; 2001 72p.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Saúde integral de adolescentes e jovens: orientações para a organização de serviços de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. 44p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)
15. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização. [Documento Base para Gestores e Trabalhadores do SUS](#) [PDF, 1,31 MB]. Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2004
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. Legislação em saúde mental: 1990-2004 / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Secretaria de Atenção à Saúde. – 5. ed. ampl. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de vigilância epidemiológica / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – 6. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2005. 816 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)
18. BRASIL. Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde; a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 2000. Disponível em: <www.datasus.gov.br>. Acesso em: 18 jul. 2005.
19. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação de Saúde da Comunidade. Saúde da família: uma estratégia para a reordenação do modelo assistência. Brasília: Ministério da Saúde, 1997.
20. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 648/GN de 28 de março de 2006. Disponível em: <www.saude.gov.br/gestores/pacto_de_gestao/portarias>. Acesso em: 12 jul.2006.
21. Plano Municipal de Saúde – 2005/08, Itajaí/SC. Secretaria de Saúde

Material Disponível em:

www.datasus.gov.br
www.funasa.gov.br
www.saude.gov.br
www.saude.gov.br/dab
www.itajai.sc.gov.br

**ANEXO 1
PROGRAMA DE PROVA E BIBLIOGRAFIA
CARGO ENFERMEIRO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 35 QUESTÕES**

- Sistema Único de Saúde (Leis 8080/90, 8142/90);
- Política de Atenção Básica (Portarias 648, 649, 650, 822/2006)
- Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão
- Estratégia Saúde da Família
- Política Estadual de Descentralização da Saúde
- Política Nacional de Promoção da Saúde
- O Enfermeiro inserido nos Programas Ministeriais de Saúde: PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde), Programa Nacional de Imunização, Hanseníase, Tuberculose, Hipertensão, Diabetes, DST/AIDS, Planejamento Familiar, Atenção à Saúde da Mulher, Atenção à Saúde da Criança e do RN; Atenção à Saúde do Adolescente, Adulto e Idoso. Humanização e ética na atenção à Saúde. Saúde Mental na Estratégia Saúde da Família.
- O Enfermeiro na prevenção clínica de doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renais.
- Métodos e procedimentos de esterilização e desinfecção;
- Normas de Biossegurança;
- Política Alimentar e Nutricional : desnutrição e obesidade
- Indicadores Básicos de Saúde;
- Sistemas Nacionais de Informação
- Vigilância a Saúde (Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambiental);
- Doenças de Notificação Compulsória
- Educação Permanente Como Estratégia Na Reorganização Dos Serviços De Saúde.
- Educação em Saúde e Acolhimento na prática do PSF.
- Política de Monitoramento e Avaliação da Atenção Básica (SIAB, AMQ);
- Programa para Gestão por Resultados na Atenção Básica (PROGRAB).
- Planejamento Estratégico como instrumento de gestão e assistência;
- Gerenciamento da Unidade Básica de Saúde;
- Ética e Legislação Profissional.

CONHECIMENTOS GERAIS – 05 QUESTÕES

- Dados Epidemiológicos, sócio-econômicos e culturais de Itajaí.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 192 p. il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 19)
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. HIV/AIDS, hepatites e outras DST / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 196 p. il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 18) (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diabetes Mellitus / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 64 p. il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 16) (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Prevenção clínica de doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renais / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 56 p. – (Cadernos de Atenção Básica; 14) (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Plano de reorganização da atenção à hipertensão arterial e ao diabetes *mellitus*: hipertensão arterial e diabetes *mellitus* / Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 102 p.: il. – (Série C. Projetos, Programas e Relatórios; n. 59)

6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de atenção básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção à Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 60 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Série Pactos pela Saúde 2006, v. 4)

7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação de Acompanhamento e Avaliação. Avaliação na Atenção Básica em Saúde: caminhos da institucionalização / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação de Acompanhamento e Avaliação: Coordenação técnica: Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia e Instituto Materno Infantil Prof. Fernando Figueira, IMIP. – Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005. 36 p.

8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia Prático do Programa Saúde da Família – Ministério da Saúde – Brasília 2001.

9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de

Atenção Básica. Sistema de informação da atenção básica: SIAB: indicadores 2005 / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.

10. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Política nacional de promoção da saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Regulamento dos pactos pela vida e de gestão / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Coordenação de Apoio à Gestão Descentralizada. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006.

12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Descentralizada.

Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão / Ministério da Saúde, 2006.

13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Monitoramento na atenção básica de saúde: roteiros para reflexão e ação / Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Obesidade / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 108 p. il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 12) (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 192 p. il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 19)

16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Manual para organização da Atenção básica/ Brasília : Ministério da Saúde, 1999

17. Ministério da Saúde. RH/SUS. Política de Recursos Humanos para o SUS. Prioridades e Diretrizes para a ação do Ministério da Saúde. Brasília. 1995.

18. Manual de Normas de Vacinação. 3.ed. Brasília: Ministério da Saúde: Fundação Nacional de Saúde; 2001 72p.

19. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 82 p.

20. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Saúde integral de adolescentes e jovens: orientações para a organização de serviços de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. 44p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

21. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização. [Documento Base para Gestores e Trabalhadores do SUS](#) [PDF, 1,31 MB]. Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2004

22. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. Legislação em saúde mental: 1990-2004 / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Secretaria de Atenção à Saúde. – 5. ed. ampl. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

23. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de vigilância epidemiológica / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – 6. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2005. 816 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

24. Ministério da Saúde (BRASIL). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Programação para Gestão por Resultados. Brasília, 2006.

25. Ministério da Saúde (BRASIL). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

26. Ministério da Saúde (BRASIL). Secretaria Executiva. Departamento de apoio à Descentralização. Diretrizes operacionais dos pactos pela vida, em defesa do SUS e de gestão. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

27. Ministério da Saúde (BRASIL). Secretaria de Atenção à Saúde.

Departamento de Descentralização da Gestão da Assistência. Norma Operacional da Assistência à Saúde: NOAS_SUS de 27 de fevereiro de 2002. Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

28. Ministério da Saúde (BRASIL). Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde – NOB_SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1997.

29. Ministério da Saúde (BRASIL). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas. Diretrizes para a programação pactuada e integrada da assistência à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

30. BRASIL. Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde; a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 2000. Disponível em: <www.datasus.gov.br>. Acesso em: 18 jul. 2005.

31. Ministério da Saúde (BRASIL). Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo de Atenção Integral na saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. (Versão Preliminar).

32. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação de Saúde da Comunidade. Saúde da família: uma estratégia para a reordenação do modelo assistência. Brasília: Ministério da Saúde, 1997.

33. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 648/GN de 28 de março de 2006. Disponível em: <www.saude.gov.br/gestores/pacto_de_gestao/portarias>. Acesso em: 12 jul.2006.

34. MENDES, Eugênio Vilça. Distrito Sanitário: o processo social de mudança das práticas sanitárias do sistema único de saúde. 4 ed. Rio de Janeiro: Hucitec / Abrasco, 1999.

35. Plano Municipal de Saúde – 2005/08, Itajaí/SC. Secretaria de Saúde

O material está Disponível em:

www.datasus.gov.br

www.funasa.gov.br

www.saude.gov.br

www.saude.gov.br/dab

www.saude.sc.gov.br

www.itajai.sc.gov.br

ANEXO 1 PROGRAMA DE PROVA E BIBLIOGRAFIA TÉCNICO DE ENFERMAGEM CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 35 QUESTÕES

- Sistema Único de Saúde (Leis 8080/90, 8142/90);
 - Política de Atenção Básica (Portarias 648, 649, 650, 822/2006)
 - Estratégia Saúde da Família.
 - Sistema de Informação da Atenção Básica – SIAB como instrumento de trabalho da equipe no PSF.
 - Política Nacional de Promoção da Saúde
 - Política Estadual de Descentralização da Saúde
 - O Técnico de Enfermagem inserido nos Programas Ministeriais de Saúde: PACS (Programa de Agentes comunitários de Saúde), Programa Nacional de Imunização (esquema básico e rede de frio), Tuberculose, Hipertensão, Diabetes, DST/AIDS, Atenção à Saúde da Mulher, Atenção à Saúde da Criança e do recém nascido (RN): Atenção à Saúde do Adolescente, Adulto e Idoso. Humanização e ética na atenção à Saúde. Saúde Mental na Estratégia Saúde da Família.
 - Métodos e procedimentos de esterilização e desinfecção;
 - Normas de Biossegurança;
 - Procedimentos de enfermagem
 - Visita domiciliar
 - Indicadores básicos de Saúde;
 - Sistemas Nacionais de Informação (SINAN, SISVAN, SINASC, SIAB)
 - Vigilância a Saúde (Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambiental);
 - Doenças de notificação compulsória.
 - Educação Permanente como estratégia na reorganização dos Serviços de Saúde.
 - Educação em Saúde e Acolhimento na Estratégia Saúde da Família
 - Código de Ética e Lei do Exercício Profissional.
- CONHECIMENTOS GERAIS – 05 QUESTÕES
- Dados Epidemiológicos, sócio-econômicos e culturais de Itajaí.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 192 p. il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 19)
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. HIV/AIDS, hepatites e outras DST / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 196 p. il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 18) (Série A. Normas e Manuais Técnicos)
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diabetes Mellitus / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 64 p. il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 16) (Série A. Normas e Manuais Técnicos)
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Plano de reorganização da atenção à hipertensão arterial e ao diabetes *mellitus*: hipertensão arterial e diabetes *mellitus* / Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 102 p.: il. – (Série C. Projetos, Programas e Relatórios; n. 59)
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de atenção básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção à Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 60 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Série Pactos pela Saúde 2006, v. 4)
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação de Acompanhamento e Avaliação. Avaliação na Atenção Básica em Saúde: caminhos da institucionalização / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação de Acompanhamento e Avaliação: Coordenação técnica: Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia e Instituto Materno Infantil Prof. Fernando Figueira, IMIP.

– Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2005. 36 p.

7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia Prático do Programa Saúde da Família – Ministério da Saúde – Brasília 2001.

8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de

Atenção Básica. Sistema de informação da atenção básica: SIAB: indicadores 2005 / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.

9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Política nacional de promoção da saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

10. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Obesidade / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

108 p. il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 12) (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília : Ministério da Saúde, 2006.

192 p. il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 19)

12. Ministério da Saúde. RH/SUS. Política de Recursos Humanos para o SUS. Prioridades e Diretrizes para a ação do Ministério da Saúde. Brasília. 1995.

13. Manual de Normas de Vacinação. 3.ed. Brasília: Ministério da Saúde: undação Nacional de Saúde; 2001 72p.

14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Saúde integral de adolescentes e jovens: orientações para a organização de serviços de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. 44p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

15. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização. [Documento Base para Gestores e Trabalhadores do SUS](#) [PDF, 1,31 MB]. Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2004

16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. Legislação em saúde mental: 1990-2004 / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Secretaria de Atenção à Saúde. – 5. ed. ampl. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de vigilância epidemiológica / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – 6. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2005. 816 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de vigilância epidemiológica / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – 6. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2005. 816 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

19. BRASIL. Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde; a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 2000. Disponível em: <www.datasus.gov.br>. Acesso em: 18 jul. 2005.

20. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação de Saúde da Comunidade. Saúde da família: uma estratégia para a reordenação do modelo assistência. Brasília: Ministério da Saúde, 1997.

21. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 648/GN de 28 de março de 2006. Disponível em: <www.saude.gov.br/gestores/pacto_de_gestao/portarias>. Acesso em: 12 jul.2006.

22. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. Legislação em saúde mental: 1990-2004 / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Secretaria de Atenção à Saúde. – 5. ed. ampl. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

23. Plano Municipal de Saúde – 2005/08, Itajaí/SC. Secretaria de Saúde

Material Disponível em:

www.datasus.gov.br

www.funasa.gov.br

www.saude.gov.br

www.saude.gov.br/dab

www.itajai.sc.gov.br

ANEXO 1 PROGRAMA DE PROVA E BIBLIOGRAFIA CARGO: MÉDICO CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 35 QUESTÕES

1. Saúde Pública, Saúde da Família e Vigilância à Saúde

- Sistema Único de Saúde: Histórico, princípios, diretrizes;
 - Modelo Assistencial e propostas de organização da Atenção Primária;
 - Programa de Saúde da Família: diretrizes operacionais e trabalho em equipe;
 - Processo saúde-doença das Famílias e do coletivo;
 - Visita domiciliar no contexto da Saúde da Família;
 - Vigilância Epidemiológica na Atenção Primária;
 - Educação em Saúde;
 - Noções de Biossegurança;
 - Perfil Epidemiológico e Indicadores de Saúde;
 - Lei Orgânica da saúde – Lei nº. 8.080 e nº. 8.142;
 - Relações Humanas e Interdisciplinaridade;
 - Ética Profissional;
 - Acolhimento e humanização no serviço.
2. Saúde da Criança
- Política de Assistência Integral à Saúde da Criança e Adolescente;
 - Ações para promoção da Saúde Infantil;
 - Cuidados com o recém-nascido e puericultura;
 - Imunização;
 - Aleitamento materno;
 - Assistência e controle das doenças diarreicas (terapia de reidratação oral);
 - Assistência e controle das infecções respiratórias (IRA)
 - Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento (ACD, SISVAN).
3. Saúde da Mulher

- Política de Prevenção e diagnóstico precoce do Câncer Ginecológico e de mama (MS);
 - Assistência pré-natal de baixo risco e puerpério;
 - Planejamento Familiar;
 - Climatério;
 - Doenças Sexualmente Transmissíveis;
 - Ginecologia.
- 4. Atenção ao Adulto e ao Idoso.**
- Política de atenção na Hipertensão Arterial e de Diabetes Mellitus;
 - Política de doenças crônico-degenerativas do Ministério da Saúde;
 - Política de prevenção do Controle da DST/AIDS;
 - Atenção a pacientes com doenças respiratórias;
 - Atenção a pacientes com doenças transmissíveis;
 - Atenção e cuidados aos acamados;
 - Assistência ao Idoso/família.
- 5. Epidemiologia:**
- Vigilância Epidemiológica;
 - Doenças de Notificação Compulsória;
 - Programa Nacional de Imunização (PNI)

CONHECIMENTOS GERAIS – 05 QUESTÕES

- Dados Epidemiológicos, sócio-econômicos e culturais de Itajaí.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. Lei Orgânica do SUS: (Leis nº 8.080/90 e nº 8.142/90) Artigos 196 a 200 da Constituição Federal
2. Atto Portaria nº 648/GM de 28 de março de 2006.
3. Atto Portaria nº 649/GM de 28 de março de 2006.
4. Atto Portaria nº 650/GM de 28 de março de 2006.
5. Atto Portaria nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006
6. Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Prático do Programa Saúde da Família.** Brasília - Ministério da Saúde, 2001.
7. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada** – 2005. 158 p.
8. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **SIAB: manual do sistema de Informação de Atenção Básica** – 1. ed., 4.ª reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003. 96 p.
9. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da Criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil** – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 100 p. Série Cadernos de Atenção Básica: nº 11.
10. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Plano de reorganização da atenção à hipertensão arterial e ao diabetes mellitus.** – Brasília: Ministério da Saúde 2001. 102 p.
11. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de atenção básica.** – Brasília: Ministério da Saúde 2006. v.4 60 p.
12. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Manual de condutas médicas – programa saúde da família** – ids - USP – 2002. 490 p.
13. DUNCAN, Bruce B.; SCHMIDT, Maria Inês; GIUGLIANI, Elsa R. J. **Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseada em evidências.** Porto Alegre: Artmed, 6ª reimpr., 2006, 1600p. Edição 2004.
14. STARFIELD, Bárbara. **Atenção Primária equilíbrio entre necessidades de saúde, serviço e tecnologia.** – Brasília: Ministério da Saúde 2002. 724p.
15. BEAGLEHOLE, R., BONITA, R. KJELLSTOM, T. **Epidemiologia básica.** São Paulo: Ed Santos, 2001.
16. VAUGHAN, J.P.; MORROW, R.H. **Epidemiologia para os municípios.** Rio de Janeiro: Ed HUCITEC, 1992.
17. MEDRONHO Roberto A. **Epidemiologia.** São Paulo: Ed. Atheneu, 2003.
18. MARCONDES, Eduardo. **Pediatria Básica: 9ª ed.,** São paulo: Sarvier, 2002.
19. Plano Municipal de Saúde 2005-08, Itajaí -SC. Secretaria de Saúde 2005.

Disponível no site:
www.itajai.sc.gov.br

ANEXO 1
PROGRAMA DE PROVA E BIBLIOGRAFIA
CARGO: TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL (THD)
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 35 QUESTÕES

- Conceitos de cidadania e solidariedade; princípios de Ética e Bioética.
- Programa de Saúde da Família.
- Funções e responsabilidades dos membros da equipe em saúde bucal.
- Entidades de Classe e suas finalidades (CRO, CFO).
- Riscos químicos, físicos, biológicos e psicológicos.
- Doenças relacionadas ao ambiente de trabalho e suas respectivas ações preventivas: características de acidente de trabalho e suas implicações; e equipamentos de proteção individual e coletiva.
- Procedimentos de urgência para ferimentos, desmaio, vertigens e corpos estranhos.
- Princípios básicos de planejamento e administração aplicados às práticas odontológicas; preenchimento de fichas e relatórios de produção e produtividade.
- Fundamentos de anatomia e fisiologia da cavidade bucal.
- Classificação e função dos dentes; e cronologia da erupção dentária.
- Princípios de anamnese e exame clínico.
- Patologias bucais mais prevalentes e suas principais características; e fatores de risco ao desenvolvimento de doenças bucais.
- Métodos e técnicas de recuperação e controle da cárie dentária.
- Toxicidade dos fluoretos.
- Materiais de forramento e restauradores.
- Técnicas de inserção e condensação de materiais restauradores.
- Técnicas de raspagem e polimento supra-gengival.
- Materiais dentários básicos usados em Dentística, Endodontia, Periodontia, Cirurgia e Prótese: técnicas de manipulação dos materiais odontológicos e de instrumentação.
- Confeção de modelos de estudo em gesso.

- Técnicas de remoção de sutura.
 - Fundamentos e princípios da radiologia odontológica; técnicas de obtenção de imagens radiográficas intra-orais.
 - Técnicas de revelação, montagem e arquivamento de películas radiográficas
 - Princípios ergonômicos na realização dos procedimentos em saúde bucal.
 - Indicadores de saúde bucal: planejamento, controle e avaliação das ações educativas em saúde bucal: métodos e técnicas utilizados no processo educativo em saúde bucal.
- CONHECIMENTOS GERAIS – 05 QUESTÕES**
- Dados Epidemiológicos, sócio-econômicos e culturais de Itajaí.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão de Investimentos em Saúde. Departamento de Gerenciamento de Investimentos. **Guia do Condição.** – Brasília: Ministério da Saúde 2002. 165 p
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Prático do Programa Saúde da Família.** Brasília - Ministério da Saúde, 2001.
3. Lei Orgânica do SUS: (Leis nº 8.080/90 e nº 8.142/90) Artigos 196 a 200 da Constituição Federal
4. Atto Portaria nº 648/GM de 28 de março de 2006.
5. Atto Portaria nº 649/GM de 28 de março de 2006.
6. Atto Portaria nº 650/GM de 28 de março de 2006.
7. Atto Portaria nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006
8. Atto Portaria nº 599/GM de 23 de março de 2006.
9. Atto Portaria nº 600/GM de 23 de março de 2006.
10. Freitas, A. e cols. **Radiologia Odontológica**, 4ª ed., 1998.
11. Galan Jr, J. **Materiais Dentários – o essencial para o estudante e clínico geral**, 1ª ed., Editora Santos, 1999.
12. Guandalini, S. **Biossegurança em Odontologia**, Editora Odontex, 2005.
13. Chaves, M. **Odontologia Social**, 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Artes Médicas, 1986.
14. Ramos, D.L.P. **Ética Odontológica**. São Paulo: Editora Santos, 1994.
15. Cantilano, W. e cols. **Anatomia e Escultura Dental**, 3ª ed. Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1987.
16. Barros, O.B.M. **Ergonomia – A Eficiência e o Rendimento e a Filosofia de Trabalho em Odontologia**. São Paulo: Editora Pancast, 1991.
17. Cury, J. **Fluoroterapia**. Biblioteca Científica – ABOPREV – fascículo 4 – Maio – 1991.
18. Mondelli, J. et al. **Dentística pré-clínica**. São Paulo: Editora Sarvier, 1979.
19. Marotti, F.Z. **Consultório Odontológico – Guia Prático para Técnicos e Auxiliares**. São Paulo: SENAC, 2006.
20. Plano Municipal de Saúde 2005-08, Itajaí -SC. Secretaria de Saúde 2005. Disponível no site www.itajai.sc.gov.br

ATOS DO SEDES

Estado de Santa Catarina

Prefeitura de Itajaí

Rua Alberto Werner, 100 - Fone (47)3341-6000

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE Nº 01/2007

O Termo de Responsabilidade nº 01/2007 celebrado entre o **Município de Itajaí** por intermédio do **Fundo Municipal de Assistência Social** e a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itajaí – APAE**.

RESUMO DO OBJETO: a execução do Projeto Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoa com Deficiência.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: nº 14, Reserva de Saldo nº 479 e nº 12, Reserva de Saldo nº 480.

VIGÊNCIA: 30 de novembro de 2007**VALOR:** R\$ R\$ 121.254,16 (cento e vinte e um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e dezesseis centavos).**DATA DA ASSINATURA:** 09 de março de 2007

SIGNATÁRIOS: YVONE GARROZI SILVA, Responsável pela Instituição: LOURIVAL ANDRADE JÚNIOR, Secretário de Governo, Planejamento, Orçamento e Gestão; NEUSA MARIA VIEIRA, Secretária de Assistência Social.

ATOS DA FCI

Estado de Santa Catarina

Prefeitura de Itajaí

Rua Alberto Werner, 100 - Fone (47)3341-6000

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 03/2007

O Convênio nº 03/2007 celebrado entre o **Município/Secretaria de Cultura, Memória e Turismo** e a **Associação Dramático Musical de Itajaí – ADMITA**.

RESUMO DO OBJETO: promover, de forma descentralizada, o processo de ensino continuado na área musical, incentivando a prática cultural e inclusão social na cidade de Itajaí.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: nº 1.17.312.00001.00017.00013.00122.00006.3.3.3.5.0.00 – Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos, Reserva de saldo nº 4415.

VIGÊNCIA: 31 de janeiro de 2008**VALOR:** R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)**DATA DA ASSINATURA:** 05 de março de 2007

SIGNATÁRIOS: NILTON DA SILVA, Responsável pela Instituição: LOURIVAL ANDRADE JÚNIOR, Secretário da Cultura, Memória e Turismo; VOLNEI JOSÉ MORASTONI, prefeito.

ERRATA EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 02/2007

Onde lê-se:

O convênio nº 02/2007 celebrado entre a **Fundação Cultura de Itajaí**, e a **Associação Proarte de Itajaí**.

SIGNATÁRIOS: ENEIDE RODRIGUES SHOEPPING, Responsável pela Instituição: LOURIVAL ANDRADE JÚNIOR, Superintendente da Fundação Cultural; VOLNEI JOSÉ MORASTONI, prefeito.

Leia-se:

O Convênio nº 02/2007 celebrado entre o **Município/Secretaria de Cultura, Memória e Turismo** e **Associação Proarte de Itajaí**.

SIGNATÁRIOS: ENEIDE RODRIGUES SHOEPPING, Responsável pela Instituição: LOURIVAL ANDRADE JÚNIOR, Secretário da Cultura, Memória e Turismo; VOLNEI JOSÉ MORASTONI, prefeito.

ERRATA EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 04/2007

Onde lê-se:

O convênio nº 04/2007 celebrado entre a **Fundação Cultura de Itajaí**, e o **Instituto de Música, Canto e Arte de Itajaí – IMCARTI**.

SIGNATÁRIOS: PAULO SEZERINO, Responsável pela Instituição: LOURIVAL ANDRADE JÚNIOR, Superintendente da Fundação Cultural; VOLNEI JOSÉ MORASTONI, prefeito.

Leia-se:

O Convênio nº 04/2007 celebrado entre o **Município/Secretaria de Cultura, Memória e Turismo** e o **Instituto de Música, Canto e Arte de Itajaí – IMCARTI**.

SIGNATÁRIOS: PAULO SEZERINO, Responsável pela Instituição: LOURIVAL ANDRADE JÚNIOR, Secretário da Cultura, Memória e Turismo; VOLNEI JOSÉ MORASTONI, prefeito.

ERRATA EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 01/2007

Onde lê-se:

O convênio nº 01/2007 celebrado entre a **Fundação Cultura de Itajaí**, e a **Associação Comunidade Cristã**.

SIGNATÁRIOS: LUIZ OTTONY CABRAL MENDES, Responsável pela Instituição: LOURIVAL ANDRADE JÚNIOR, Superintendente da Fundação Cultural; VOLNEI JOSÉ MORASTONI, prefeito.

Leia-se:

O Convênio nº 01/2007 celebrado entre o **Município/Secretaria de Cultura, Memória e Turismo** e a **Associação Comunidade Cristã**.

SIGNATÁRIOS: LUIZ OTTONY CABRAL MENDES, Responsável pela Instituição: LOURIVAL ANDRADE JÚNIOR, Secretária da Cultura, Memória e Turismo; VOLNEI JOSÉ MORASTONI, prefeito.

ATOS DA FME

Estado de Santa Catarina

Prefeitura de Itajaí

Rua Alberto Werner, 100 - Fone (47)3341-6000

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 01/2007

O convênio nº 01/2007 celebrado entre a **Fundação Municipal de Esportes** e **Associação Atlética Banco do Brasil**

RESUMO DO OBJETO: auxiliar, de forma descentralizada, o projeto AABB COMUNIDADE-PROJETO DESPERTAR.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.9.7.00002.00009.00027.00122.00005.3.3.3.5.0.00 – Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos, reserva de saldo nº 459.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2007**VALOR:** R\$ 55.200,00 (cinquenta e cinco mil e duzentos reais).**DATA DA ASSINATURA:** 08 de março de 2007

SIGNATÁRIOS: JOSUÉ VICENTE SCHRANN, Responsável pela Instituição: DAVI COELHO, Superintendente da Fundação: VOLNEI JOSÉ MORASTONI, Prefeito.

ATOS DO PORTO

Prefeitura de Itajaí

Superintendência do Porto de Itajaí

Rua Blumenau, 05 - Fone (47)3341-8000

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 010/07

OBJETO: aquisição de cartões de aproximação HID, Proxcard 2 formato Clock and data, Ribbon Original Data Card YMCKT SP35 color e fita dupla face 50mm x 30mt para controle de segurança de entrada na área portuária, segundo os procedimentos do ISPS Code, para a

Superintendência do Porto de Itajaí; **EDITAL:** Os interessados poderão ler e obter o Edital completo no site do Porto de Itajaí, endereço: www.portoitajai.com.br/licitacao; **SESSÃO DE ABERTURA:** 27/03/2007 às 09:30 horas, na Superintendência do Porto de Itajaí.
Itajaí, 14 de março de 2007.

Wilson Francisco Rebelo
Superintendente

EXTRATO DE ADITIVO

ADITIVO Nº 001/07 ao Contrato Nº 006/06: CONTRATADA: HIDROTOPO CONSULTORIA E PROJETOS LTDA; OBJETO: é a prorrogação do Contrato nº 006/06 pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 20/02/2007 e encerrando em 19/02/2008; DATA DE ASSINATURA: 08/01/2007. Itajaí, 14 de março de 2007.

Wilson Francisco Rebelo
Superintendente

AVISO DE LICITAÇÃO LEILÃO 003/2007

DATA: 27/04/2007, às 14:30 horas. LOCAL: Auditório da Superintendência do Porto de Itajaí; End.: Rua Blumenau, nº 05 – Itajaí/SC, a ser realizado por Leiloeiro Oficial Sr. **ARTUR HENRIQUE CARSTENS**, indicado pela Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, matriculado sob o nº AARC/003 de 22/06/83, venderá em dia, hora e local supracitados, o bem a seguir relacionados para fins de alienação, pertencentes à Superintendência do Porto de Itajaí/SC; OBJETO: **um terreno localizado à Avenida Adolfo Konder com a Rua Estefano José Vanolli, nº 250, bairro São Vicente, na cidade de Itajaí-SC, medindo 26.023,87 m², pertencente ao patrimônio da Superintendência do Porto de Itajaí;** **EDITAL:** O Edital e o Anexo poderão ser obtidos no site www.portoitajai.com.br/licitacao. Itajaí, 14 de março de 2007.

Wilson Francisco Rebelo
Superintendente

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 009/07

OBJETO: é o fornecimento de cartuchos e toners originais do fabricante, para uso da Superintendência do Porto de Itajaí; O EDITAL e os Anexos poderão ser obtidos no site www.portoitajai.com.br/licitacao; DATA DE ABERTURA: 28/03/2007 às 09:30 hrs.
Itajaí, 14 de março de 2007.

Wilson Francisco Rebelo
Superintendente

ATOS DO SEMASA

 Prefeitura de Itajaí
**Serviço Municipal de Água,
Saneamento e Infra-estrutura**
Rua Heitor Liberato, 1189 – Fone (47)3344-9000

EXTRATO DE ADITIVO

Aditivo Nº 005 ao Contrato Nº 027/2003
Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA. Objeto: referente reajuste a partir de 01/03/2007 até 21/08/2007, para continuidade de Licença de Uso de software de folha de pagamento, e prestação de serviço de atualização e atendimento técnico. Valor mensal: R\$ 228,10 (duzentos e vinte reais e dez centavos).
Data Assinatura: 01/03/2007.
Itajaí/SC, 01 de março de 2007.

Marcelo Almir Sodré de Souza
Diretor Geral

AVISO DE LICITAÇÃO (REMARCADO) PREGÃO PRESENCIAL – Nº 005/2007 REGISTRO DE PREÇO – Nº 001/2007

O SEMASA – Serviço Municipal de Água, Saneamento e Infra-estrutura, situado à Rua Heitor Liberato, 1.189 – Vila Operária – Itajaí – SC, torna público, que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**, para Aquisição de Reservatórios para água potável de poliéster reforçado, com fibra de vidro (PRFV) – NBR/13.210, com capacidade de reservação de 25 (vinte e cinco) mil litros cada um e quantidade estimada em 16 (dezesesseis) reservatórios, mediante as especificações e condições previstas no EDITAL, sob a regência da

Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, 8.666/93 e alterações posteriores. O EDITAL encontra-se a disposição dos interessados para verificação no Departamento de Licitações e Contratos do SEMASA, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, ou poderão fazer o download, através dos sites www.semasa-itajai.com.br e www.itajai.sc.gov.br.
As propostas serão abertas às **14:30 horas do dia 26 de março de 2007**, na Sala de Reuniões da sede administrativa do SEMASA, com participação aberta às proponentes e ao público.
Itajaí/SC, 14 de março de 2007.

SEMASA – Serviço Municipal de Água
Saneamento Básico e Infra-Estrutura
Marcelo Almir Sodré de Souza - Diretor Geral

ATOS DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ



Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Itajaí
Rua Edmundo Heusi, 48 – Fone (47)3344-7100

PORTARIA Nº 66/2007

CONCEDE AUXÍLIO-MENSALIDADE À SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

Ver. PAULO MANOEL VICENTE, Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 39, inciso XXX do Regimento Interno da Câmara de Vereadores e nos termos do Decreto Legislativo n.º 354, de 28 de junho de 2005,
RESOLVE:
CONCEDER auxílio-mensalidade à servidora **MAIARA KARINE CERUTI**, Oficial Administrativo, do quadro de servidores efetivos da Câmara de Vereadores de Itajaí, em valores correspondentes à cinquenta por cento (50%) das mensalidades do curso de **DIREITO**, 2º Período, da Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI, a contar de 01 de fevereiro de 2007.
DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Itajaí, 14 de fevereiro de 2007.

Ver. PAULO MANOEL VICENTE
Presidente.

PORTARIA Nº 067/2007

CONCEDE AUXÍLIO-MENSALIDADE À SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

Ver. PAULO MANOEL VICENTE, Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 39, inciso XXX do Regimento Interno da Câmara de Vereadores e nos termos do Decreto Legislativo n.º 354, de 28 de junho de 2005,
RESOLVE:
CONCEDER auxílio-mensalidade à servidora **GRACIELI AMBROSIO**, Telefonista, do quadro de servidores efetivos da Câmara de Vereadores de Itajaí, em valores correspondentes à cinquenta por cento (50%) das mensalidades do curso de **DIREITO**, 1º Período, da Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI, a contar de 01 de fevereiro de 2007.
DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Itajaí, 14 de fevereiro de 2007.

Ver. PAULO MANOEL VICENTE
Presidente.

PORTARIA Nº 068/2007

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

Ver. PAULO MANOEL VICENTE, Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 18, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, combinado com o Art. 39, inciso XXX, do Regimento Interno da Câmara e realização do Concurso Público, conforme Edital n.º 001/2006, de 13 de fevereiro de 2006.
RESOLVE:
NOMEAR POR CONCURSO, nos termos do Art. 11, inciso II, da Lei n.º 2.960, de 03 de abril de 1995, **CRISTIANO GONÇALVES**, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de **OFICIAL ADMINISTRATIVO**, nível “A”, 08 (oito) horas, a contar de 22 de fevereiro de 2007.
DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Itajaí, 21 de fevereiro de 2007.

Ver. PAULO MANOEL VICENTE
Presidente.

PORTARIA Nº 069/2007

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

Ver. PAULO MANOEL VICENTE, Presidente da Câmara de Vereadores

de Itajaí, no uso de sua atribuição que lhe confere o Art. 39, inciso XXX, do Regimento Interno desta Casa Legislativa,
RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO, nos termos do Art. 38, I, “a”, da Lei n.º 2.960, de 03 de abril de 1995, **ALMIR LEITE MEIRELES**, do cargo de provimento em comissão de **ASSESSOR PARLAMENTAR**, nível AS1-B, a contar 01 de março do ano corrente.

DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Itajaí, 26 de fevereiro de 2007.

Ver. PAULO MANOEL VICENTE
Presidente.

PORTARIA Nº 070/2007

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

Ver. PAULO MANOEL VICENTE, Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 39, inciso XXX, do Regimento Interno da Câmara
RESOLVE:
NOMEAR SANDRO RICARDO DA SILVA para o cargo de provimento em comissão de **ASSESSOR PARLAMENTAR**, nível AS1-B, a contar de 01 de março do corrente ano.
DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Itajaí, 26 de fevereiro de 2007.

Ver. PAULO MANOEL VICENTE
Presidente.

PORTARIA Nº 071/2007

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

Ver. PAULO MANOEL VICENTE, Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 39, inciso XXX, do Regimento Interno da Câmara,
RESOLVE
CONCEDER férias à servidora **EDNA ILSE NUNES**, Assessora Parlamentar, do Quadro de Servidores Comissionados da Câmara de Vereadores de Itajaí, relativa ao exercício 2006/2007, a partir de 01 de março de 2007, sendo 1/3 (um terço) convertido em abono pecuniário (Lei n.º 3.898, de 28 de abril de 2003), devendo esse período ser cumprido de 21 a 31 de março de 2007
DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Itajaí, 26 de fevereiro de 2007.

Ver. PAULO MANOEL VICENTE
Presidente.

PORTARIA Nº 072/2007

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECIFICA

Ver. PAULO MANOEL VICENTE, Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 39, inciso XXX, do Regimento Interno da Câmara,
RESOLVE
CONCEDER férias ao servidor **JUSCELINO DE ALMEIDA JÚNIOR**, Diretor Legislativo, do Quadro de Servidores Comissionados da Câmara de Vereadores de Itajaí, relativa ao exercício de 2006, a partir de 01 de março de 2007, sendo 1/3 (um terço) convertido em abono pecuniário, (Lei n.º 3.898, de 28 de abril de 2003), devendo esse período ser cumprido de 01 a 10 de março do corrente ano.
DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Itajaí, 26 de fevereiro de 2007.

Ver. PAULO MANOEL VICENTE
Presidente.

PORTARIA Nº 073/2007

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR QUE ESPECIFICA

Ver. PAULO MANOEL VICENTE, Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 39, inciso XXX, do Regimento Interno da Câmara,
RESOLVE:
CONCEDER 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, a contar de 26 de fevereiro de 2007, ao servidor **SÍLVIO VEIGA**, matrícula n.º 007, Assessor de Administração Legislativa, do Quadro de Servidores Efetivos da Câmara de Vereadores de Itajaí, conforme atestado médico.
DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Itajaí, 01 de março de 2007.

Ver. PAULO MANOEL VICENTE
Presidente.